

2026



**ESCOLA MUNICIPAL
JAQUELINE SABINA
VAZ**

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

***Um livro, uma caneta,
uma criança e um
professor podem
mudar o mundo.***

Malala Yousafzai

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	6
3. Histórico.....	7
4. Missão.....	8
5. Diagnóstico	8
5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta	8
5.2. Saego Alfa.....	9
5.3. Avaliação de Fluência Leitora-Percentuais de Entrada e Saída.....	10
5.4. Resultados Finais do Ano Anterior	10
5.5. Análise SWOT.....	11
6. Objetivos	12
6.1. Objetivo Geral	12
6.2. Objetivos Específicos	12
7. Princípios Legais e Norteadores do Ensino Fundamental	13
7.1. Princípios Legais	13
7.2. Princípios Epistemológicos	14
7.3. Princípios Didático-Pedagógicos	14
7.4. Princípios Éticos	15
7.5. Princípios Estéticos	15
8. Políticas Públicas de Educação Integral e Fundamentação Legal	15
9. Aprendizagem Permanente e o Currículo Integrado	16
9.1. Perspectiva Inclusiva	17
9.2. Gestão Democrática	17
9.3. Ampliação do Tempo	18
9.4. Múltiplos Arranjo	18
9.5. Ambiência	18
10. Proposta Curricular	18
10.1. Metodologia	20
10.2. A Organização das Aulas	21
11. Garantia de Continuidade	21
12. Campos Integradores	21
13. Ementa das Disciplinas Diversificadas Integradas à Jornada Ampliada.....	28
14. Estrutura e Funcionamento da Instituição	31
14.1. Organização Administrativa e Pedagógica	31
14.2. Espaço Físico, Instalações e Equipamentos	31
14.3. Organização das Turmas e Participação Discente	32
14.3.1. Educação Infantil	32
14.3.2. Ensino Fundamental I e II	32
14.3.3. Educação de Jovens e Adultos	33
14.3.4. AEE – Atendimento Educacional Especializado	33
14.3.5. Regimento Escolar	34
14.3.6. Conselho de Classe	35

14.4. Recursos Humanos	36
14.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	36
14.4.2. Docentes	36
14.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais.....	39
15. Organização Curricular	39
15.1. Educação Infantil	39
15.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos: Educação Digital e Inovação	42
15.3. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas	46
16. Iniciativas Educacionais	53
16.1. Projetos Municipalizados e Institucionais	53
16.2. Projetos da Instituição.....	66
16.3. Temas Transversais	70
16.4. Sala Maker	71
16.5. Laboratório de Informática.....	71
17. Avaliação.....	72
17.1. Critérios de Avaliação	72
17.1.2. Educação Infantil	72
17.1.3. Ensino Fundamental	73
17.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º Ano	73
17.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º Ano) e Educação de Jovens e Adultos	73
17.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	73
18. Recuperação Paralela	74
19. Recuperação Especial	75
20. Progressão Parcial	76
21. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	77
22. Referências Bibliográficas	81
23. Ata de Aprovação	84
24. Anexos	86

1. Apresentação

A Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz, situada no Bairro Cristal, tem como objetivo a formação dos educandos para que se tornem cidadãos conscientes, com o compromisso de ser uma ponte facilitadora na formação integral do sujeito, sempre buscando melhorar o processo de ensino e aprendizagem, tendo o aluno como foco principal. A proposta pedagógica desta Unidade Escolar visa um plano de desenvolvimento intelectual social e direitos políticos e civis.

Sua finalidade é promover uma educação inclusiva, democrática e de qualidade, valorizando a diversidade, estimulando o pensamento crítico e preparando os alunos para os desafios do presente século; assim como dar garantia e legitimidade para que “a escola seja palco de inovações, investigações e grandes ações fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação

Este projeto tem como objetivo nortear as práticas educativas de toda a comunidade escolar, alinhando-as aos princípios e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio de diversas formas de planejamento, todas elas integradas, dialogando e buscando soluções para os problemas da escola com base na ação coletiva – alunos, professores, gestores, pessoal técnico administrativo e de apoio, pais e comunidade local. Juntos todos com um só objetivo, o de formar cidadãos capazes de expressar suas opiniões e atuar de maneira correta na sociedade.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome: Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz		
Endereço: Rua 40 Quadra 12 – Lotes 01 a 05, 14 a 18 Bairro Cristal – Cristalina Goiás		
Endereço Eletrônico: escoladonajaqueline@cristalina.go.gov.br		
Localização: zona urbana		
CNPJ: 02.134.340/0001-30	Código INEP: 52045692	Forma de Manutenção: Pública mantida pela PMC
Lei de Criação: Lei nº 2.713-02/04/2024		
Ato Autorizativo em Vigor: CME de Resolução N°65/2025, vigência 05/11/2028		
Níveis e Modalidades Ofertados: Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais Educação Especial		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico: Matutino – 7h:15min às 11h:30min (Agrupamento de 04 Anos “A”, Agrupamento de 05 anos “A” e 3º ano “A”) 7h:15min à 12h:00 min (1º ano “A” e 2º ano “A”) Vespertino – 13:00 às 17:15 horas (Agrupamento de 4 anos “B”, Agrupamento de 5 anos “B” e 3º ano “B”)		

13:00 às 17:45 horas (1º ano “B” e 2º ano “B”)
Integral – 7:15 às 16:00 horas (4º ano “A” e “B”, 5º ano “A” e “B” e 6º ano “A” e “B”); Almoço
11:50 às 12:40 horas (na Instituição - turmas do Integral)

3. Histórico

Fundada em 1980 pela própria comunidade, a então Escola Municipal Nova Vila iniciou suas atividades de forma humilde em um rancho de palha. Em 1983, a unidade foi transferida para o salão de uma creche local. Anos depois, sob a coordenação do Padre José Borsato, a estrutura foi ampliada com dois novos cômodos, permitindo o funcionamento conjunto com a Escola Municipal Divino Espírito Santo até o início de 1993. No mesmo ano, a Prefeitura entregou a sede própria, momento em que a instituição recebeu sua atual denominação: Escola Municipal Aleixo Torres Camargo.

Entre 2001 e 2006, a gestão da professora Adriana Antunes Amaral consolidou avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando maior acessibilidade à comunidade local, que antes sofria com as grandes distâncias. Em 2011, após reforma predial, a escola implementou o Programa Mais Educação. Em 2016, a unidade contava com 92 alunos e 18 funcionários.

A partir de 2017, sob a direção da professora Janilda Aparecida Vieira Diniz dos Santos, a instituição viveu um período de evolução em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O foco voltou-se à formação continuada dos profissionais e à valorização do estudante como eixo central do processo educativo.

Um marco histórico ocorreu em 2024, quando a escola foi transferida para um novo prédio, com infraestrutura moderna e adequada às demandas atuais. Essa mudança viabilizou a implantação do Ensino em Tempo Integral, atendendo hoje 389 estudantes, do agrupamento de 4 anos ao 6º ano do Ensino Fundamental. A gestão atual (biênio 2025–2026), liderada pela professora Vanessa dos Santos Brandão Ferreira, coordena uma equipe de 57 servidores. O compromisso coletivo foca no fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade, visando o desenvolvimento integral do aluno, pautado na ética, cidadania e excelência pedagógica.

4. Missão

Nossa missão consiste em promover uma educação de excelência que valorize a diversidade e prepare os estudantes para os desafios do século XXI.

Comprometemo-nos com a formação de cidadãos autônomos e responsáveis, pautando nossas ações em valores como respeito, ética e inovação. Estabelecemos objetivos claros para assegurar o acesso, a permanência e o pleno sucesso acadêmico de cada aluno.

5. Diagnóstico

5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta

Como é calculado o Ideb?

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

$$\frac{(\text{Por.} + \text{Mat})}{2} \times \text{Taxa de Aprovação} = \text{Ideb}$$

The screenshot shows the Edu platform interface. On the left, a navigation menu includes 'Página Inicial', 'Aprendizado', 'Questionários', 'Censo Escolar', 'Taxas de Rendimento', 'Distorção idade-série', and 'Ideb'. An arrow points from the 'Ideb' menu item to the right. On the right, the main content area displays the Ideb calculation formula: $\text{Aprendizado} \times \text{Fluxo} = \text{Ideb}$. Below the formula, it explains: 'Quanto maior as notas, maior o aprendizado.' and 'Quanto maior o valor, maior a aprovação.' The interface also shows a dropdown for the year '2021' and a 'Anos Iniciais' filter.

		Aprendizado	Fluxo/ Indicador de Rendimento	Distorção idade-série	IDEB	Meta
ANOS INICIAIS	2021	4,26	0,9	17,3	3,9	4,7
	2023	4,75	0,99	18,2	4,7	4,75
	2025	—	—	—	—	—
	2021	—	—	—	—	—
		—	—	—	—	—

ANOS FINAIS	2023					
	2025	—	—	—	—	—

Fonte de pesquisa <http://www.qedu.org.br>

5.2. Saego Alfa

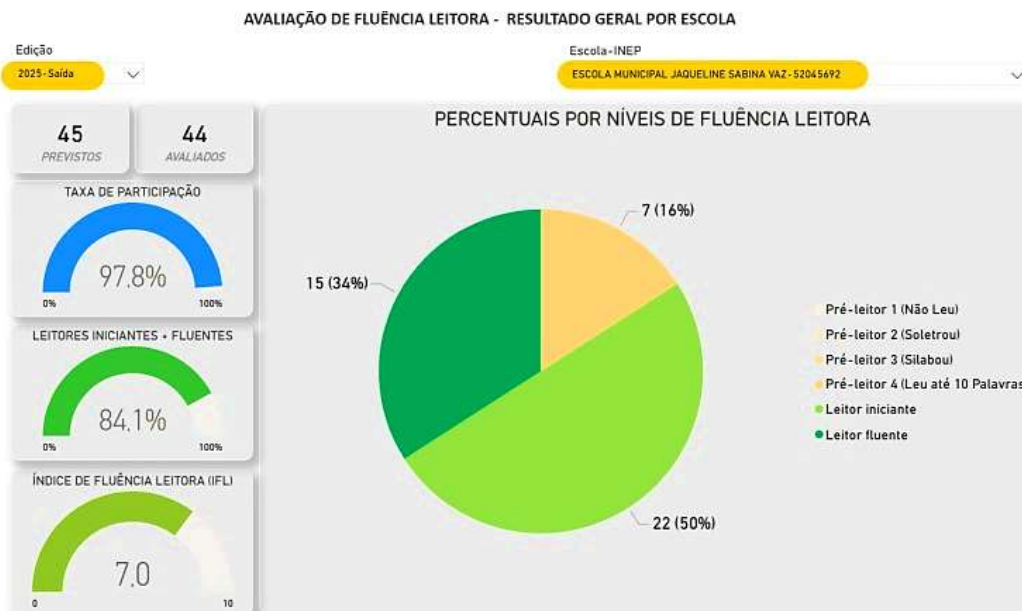
SAEGO ALFA 2º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2024		2025			2024		2025		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO ↑↓	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO ↑↓
92%	528	96%	553	25	92%	589	96%	536	53
LÍNGUA PORTUGUESA (Escrita)									

Fonte: avaliacaomonitoramentogoiias.caeddigital

SAEGO ALFA 5º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2024		2025			2024		2025		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO ↑↓	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO ↑↓
93%	204	92%	206	02	90%	202	92%	202	00

Fonte: avaliacaomonitoramentogoiias.caeddigital

5.3. Avaliação de Fluência Leitora - Percentuais de Entrada e Saída



Fonte: Avaliação de Fluência Leitora – Painel de Resultados – Power BI

5.4. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.	% Repr.
Agrup. 4 anos								
Agrup. 5 anos	60	04	-	50	50	-	100,	
1º Ano	57	07	-	50	50	-	100,	
2º Ano	63	09	-	54	54	-	100,	
3º Ano	59	12	-	47	47	-	100,	
4º Ano	86	16	-	70	70	-	100,	
5º Ano	61	09	-	52	52	-	100,	
6º Ano	35	07	-	28	28	-	100,	
7º Ano								
8º Ano								
9º Ano								

5.5. Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
---------------------------	-------------------------------

- Programa AlfaMais Goiás: Garante a alfabetização de todas as crianças nos primeiros anos.	- Falta de rotina de estudos em casa: Muitas crianças não têm acompanhamento familiar para estudar fora da escola.
- Kits literários: Incentivam a leitura e o desenvolvimento da escrita desde os primeiros anos.	- Desinteresse parental: Pais não participam ativamente das reuniões e não buscam informações sobre os filhos.
- Feira cultural e tecnológica: Crianças são protagonistas, mostrando suas habilidades em projetos interativos.	- Crianças sozinhas em casa: Muitas ficam sem supervisão, afetando seu bem-estar e aprendizado.
- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.	- Influência das telas: Uso excessivo de dispositivos eletrônicos, prejudicando o foco no estudo.
- Projetos educacionais de parceiros privados: Oferecem recursos extras e novos programas.	- Crianças criadas por avós: Falta de acompanhamento adequado dos filhos, dificultando o desempenho escolar.
- Transporte escolar: Garante o acesso à escola para alunos de áreas distantes.	
- Liderança forte e comprometida: Garantia de boa gestão e qualidade do ensino.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
- Expansão de programas de alfabetização (como o AlfaMais Goiás) para consolidar a aprendizagem nos primeiros anos. - Busca Ativa - Fortalecer a busca ativa dos estudantes para garantir sua participação e acompanhamento contínuo	- Vulnerabilidade social e econômica: A pobreza nas famílias afeta o desempenho e a permanência na escola.
- Programas de treinamento e formação: Capacitação contínua para professores e gestores.	- Instabilidade política: Mudanças nos gestores podem afetar o andamento de programas educacionais.
- Entrega de kits escolares: Garante que todos os alunos tenham os materiais necessários para aprender.	- Violência nas comunidades: Impacta a segurança dos alunos e o ambiente escolar.
- Integração da Computação na Educação, alinhada às diretrizes da BNCC: desenvolver habilidades em pensamento computacional e preparar os alunos para os desafios do futuro digital, enriquecendo o processo de aprendizagem.	- Desinteresse dos pais: Falta de acompanhamento e apoio dos pais ao desempenho escolar dos filhos.
- Parcerias com a iniciativa privada: Recursos adicionais para expandir programas como a Feira cultural.	- Desigualdade educacional: Diferenças no nível de preparação dos alunos, impactando a eficácia do ensino.
- Escolas de tempo integral: Mais tempo para garantir o aprendizado e apoiar as crianças em um ambiente seguro.	- Evasão escolar: A alta taxa de abandono, especialmente em áreas de vulnerabilidade social.

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Garantir aos alunos igualdade de acesso, permanência e sucesso educacional no ambiente escolar, promovendo o exercício da cidadania a partir da compreensão da sua realidade para que possam refletir e melhorar o contexto social em que estão inseridos.

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver a socialização em ambiente acolhedor, com a finalidade de ampliar o espaço de atuação da criança e a sua percepção do mundo.
- Contribuir para que a criança desenvolva uma imagem positiva de si, estimulando capacidades de ordem física, cognitiva e afetiva.
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- Trabalhar de forma contínua desenvolvendo sempre os 4 pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver com os outros e aprender a ser, formando alunos autônomos, solidários e capazes de se relacionar na sociedade.
- Formar educandos capazes de argumentar de forma responsável e construtiva nas diferentes situações, que sejam solidários e comprometidos com a preservação do meio ambiente.
- Por meio de aulas atrativas, utilizando o LEIA despertar nos alunos o interesse pela leitura com isso melhorar os índices de alfabetização.
- Garantir a alfabetização na idade certa dos alunos do 1º e 2º ano, por meio do programa ALFAMAIS Goiás, com foco no desenvolvimento das habilidades fonológicas, ampliação do vocabulário, produção de textos simples e fluência leitora. Para isso, será implementado um programa intensivo de leitura e escrita, acompanhado de avaliações modelo fornecidas pela plataforma Criança Alfabetizada, que também incorpora a Fluência Leitora para monitorar o progresso dos alunos.
- Realizar projetos que despertem e desenvolvam o raciocínio lógico, interpretação e escrita.
- Promover palestras e reuniões com toda a comunidade escolar desenvolvendo um espírito democrático.
- Preparar os alunos para a prova SAEGO ALFA, alinhada às habilidades de alfabetização das matrizes de referência, e para o SAEB, abordando as competências exigidas nas áreas de linguagem, matemática e ciências, com o objetivo de alcançar a meta do IDEB 2025. 9
- Utilizar o SIAM para monitorar o desempenho dos alunos ao longo do processo, fornecendo dados em tempo real que permitirão ajustes contínuos nas estratégias pedagógicas e garantindo a adequação das habilidades exigidas nas avaliações, promovendo a preparação contínua dos alunos para os desafios da educação e seu desenvolvimento nas etapas subsequentes.

7. Princípios Legais e Norteadores do Ensino Fundamental

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino tiveram até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.

Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;

- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solidárias.

8. Políticas Públicas de Educação Integral e Fundamentação Legal

A organização deste Projeto Político-Pedagógico fundamenta-se nos princípios constitucionais que asseguram o direito à educação como condição essencial para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) orientam a garantia do acesso, da permanência e do sucesso escolar, reconhecendo a escola como espaço de proteção integral e de promoção do desenvolvimento pleno dos estudantes.

Em consonância com esses princípios, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 estabelece as bases da organização da educação brasileira e prevê, em seu art. 34, a ampliação

progressiva da jornada escolar no Ensino Fundamental, fortalecendo a implementação da Educação em Tempo Integral como estratégia para qualificar o processo educativo e ampliar oportunidades de aprendizagem:

Art. 34. A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), especialmente em sua Meta 6, orienta a ampliação da oferta de Educação em Tempo Integral nas redes públicas, promovendo a expansão dos tempos, espaços e experiências formativas. Em consonância com as diretrizes nacionais, o Plano Municipal de Educação de Cristalina, também em sua Meta 6, estabelece estratégias para a ampliação progressiva do atendimento em tempo integral na rede municipal, considerando as especificidades locais, a realidade das unidades escolares e a garantia do desenvolvimento integral dos estudantes. Essas diretrizes articulam-se ainda às políticas recentes de fomento, como o Programa Escola em Tempo Integral (Lei nº 14.640/2023), fortalecendo a organização pedagógica e a qualidade social da educação.

Os fundamentos pedagógicos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sustentam a proposta educativa desta unidade escolar ao reafirmarem o compromisso com a Educação Integral, considerando as singularidades, os diferentes ritmos de aprendizagem e a diversidade sociocultural dos estudantes. Assim, o currículo organiza-se para promover o desenvolvimento pleno do sujeito em suas dimensões cognitiva, social, emocional, cultural e ética, articulando conhecimentos, competências e valores em práticas pedagógicas significativas.

A proposta pedagógica também dialoga com importantes marcos legais e normativos da educação básica, entre eles a Lei nº 11.274/2006, que institui o Ensino Fundamental de nove anos; a Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); e a Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre a alimentação escolar como política de permanência e desenvolvimento integral dos estudantes. Complementam esse conjunto a Resolução CNE/CEB nº 07/2010 e o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, bem como a Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui e orienta a implementação da BNCC nos sistemas de ensino.

No âmbito estadual e municipal, o Documento Curricular de Goiás (DCGO) e o Referencial Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de Cristalina-GO orientam a organização das práticas pedagógicas, assegurando a contextualização das aprendizagens às especificidades do território educativo e às necessidades da comunidade escolar.

Considerando a política municipal de Educação Integral, a Lei Municipal nº 2.270, de 24 de junho de 2015, e suas alterações, bem como as Resoluções CME nº 105, de 26 de outubro de 2023, e nº 122, de 29 de novembro de 2023, estabelecem diretrizes para a organização dos tempos, espaços, matriz curricular e práticas pedagógicas das escolas de tempo integral no município de Cristalina-GO. Tais normativas reforçam o compromisso com a ampliação das oportunidades educativas, a inclusão, a equidade e a qualidade social da educação.

Dessa forma, este Projeto Político-Pedagógico compreende a Educação Integral como uma concepção formativa que ultrapassa a ampliação da carga horária, constituindo-se como estratégia para promover aprendizagens significativas, fortalecer vínculos, valorizar o protagonismo estudantil e contribuir para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos na sociedade.

9. Aprendizagem Permanente e o Currículo Integrado

Para a Educação em Tempo Integral é fundamental que a questão da multidimensionalidade dos sujeitos esteja contemplada em todos os aspectos do processo de ensino-aprendizagem, garantindo

interações e estratégias que garantam o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também social, emocional, físico e cultural.

O desenvolvimento integral é, portanto, o elemento central da proposta formativa da Educação em Tempo Integral. Nesta proposta formativa de Educação em Tempo Integral, os conteúdos acadêmicos se articulam aos saberes dos estudantes e comunidades, dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e dos códigos socioculturais. Além disso, os elementos curriculares, as formas de gestão e organização da instituição (escola, organização social ou projeto), a sua relação com o território, a rede de agentes envolvidos, as práticas pedagógicas, a formação de educadores e as estratégias de avaliação são importantes para a efetivação e sucesso da proposta.

A Educação em Tempo Integral pressupõe uma aprendizagem para a vida, ou seja, uma aprendizagem significativa e cidadã que integra os diferentes saberes, espaços educativos, sujeitos e conhecimentos, ampliando a jornada escolar e criando possibilidades a partir da ampliação dos tempos e espaços de aprendizagem.

9.1. Perspectiva inclusiva

As diferenças inerentes a cada pessoa constroem a riqueza de nossa humanidade. Propostas de Educação em Tempo Integral, então, devem respeitar todas as diferenças representadas pelas deficiências, origem étnico-racial, condição econômica, origem geográfica, orientação sexual, religião ou qualquer outro fator.

A Educação em Tempo Integral apoia-se na ideia de que é necessário reconhecer e abolir barreiras arquitetônicas, políticas, culturais e atitudinais para que todos os espaços sejam inclusivos; e que a diversidade se constitua não apenas como um valor, como também uma oportunidade de desenvolvimento de crianças e jovens em suas diversas dimensões. No contexto da escola, essa perspectiva se concretiza no acesso e na permanência qualificada em classe comum da rede regular.

9.2. Gestão democrática

Para garantir a pertinência de um projeto pedagógico e a efetividade das suas estratégias, é fundamental a participação educativa, decisória e avaliativa de todos os envolvidos, em todas as etapas do processo: do planejamento ao acompanhamento dos resultados.

No contexto da Educação em Tempo Integral, a gestão democrática é imprescindível para garantir que o processo educativo esteja de fato orientado pelo contexto, interesses e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Nas escolas, a gestão democrática está garantida no Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino, sendo construído e acompanhado com a participação ativa comunidade (estudantes, educadores, famílias e comunidade). Para isso, é fundamental o diálogo permanente e que o acompanhamento das ações e resultados das escolas seja feito coletivamente.

9.3. Ampliação do tempo

O desenvolvimento integral é um processo contínuo e permanente, que começa no nascimento do indivíduo, se estende por toda a vida e acontece em diferentes espaços: em casa, na escola, no território. Quanto mais complexas, diversificadas e qualificadas forem as interações a que um indivíduo tem acesso, mais rico será seu universo social e cultural, as conexões que ele será capaz de estabelecer e as suas possibilidades de inserção e intervenção social. Por esse motivo, a Educação em Tempo Integral compreende que os processos educativos devem articular os diferentes espaços e tempos de aprendizagem disponíveis para garantir a ampliação e diversificação de interações significativas para todas as pessoas.

E, para que a escola possa garantir todos os aspectos previstos na Educação em Tempo Integral, o tempo de quatro horas diárias, que caracteriza a média da jornada escolar brasileira, se mostra insuficiente. Portanto, é fundamental a ampliação da jornada escolar um período entre sete a nove horas diárias. Essa jornada deve ser definida de acordo com os contextos locais e as necessidades dos estudantes em cada etapa, sem perder de vista a importância de que os estudantes tenham acesso a diferentes interações mediadas pela escola.

9.4. Múltiplos arranjos

A ampliação da jornada escolar é condição fundamental para uma formação integral. E, a partir desta ampliação, são múltiplos os arranjos e modelos possíveis. É possível combinar aulas de 50 minutos com tempos mais extensos; desenvolver práticas educativas inovadoras e inclusivas baseadas em projetos, experimentações, grupos interativos; desenvolver atividades que aconteçam em diferentes espaços da escola ou do território; integrar espaços e agentes das comunidades ao cotidiano dos estudantes. O importante é que estas formas de organização estejam previstas no Projeto Político Pedagógico da escola e sejam fruto de um planejamento integrado da equipe que confira intencionalidade pedagógica às estratégias.

9.5. Ambiência

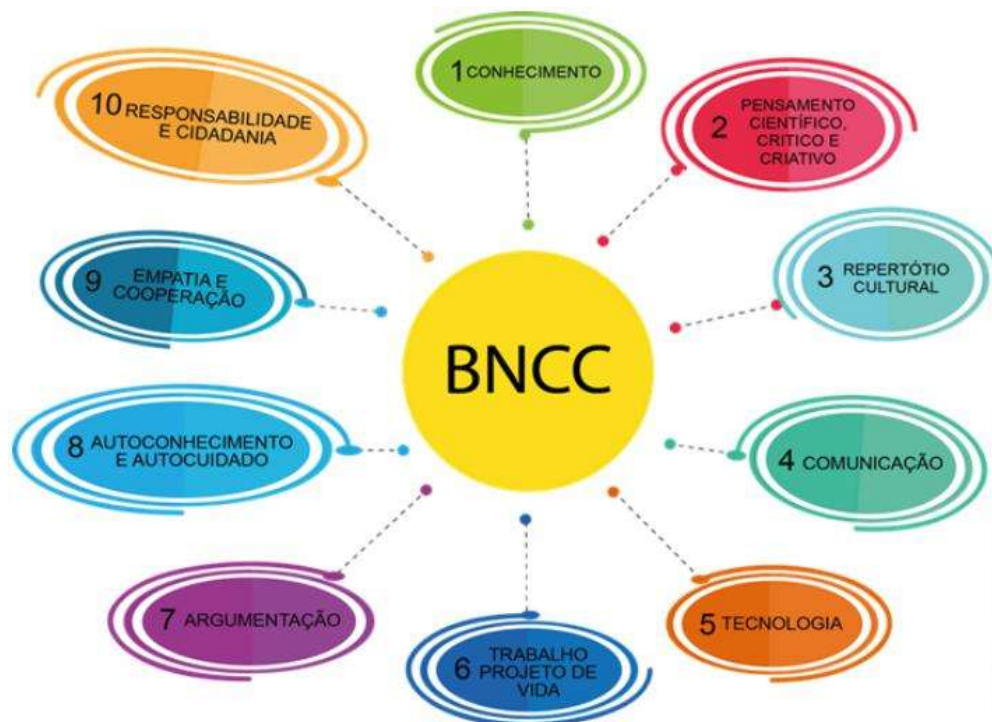
Para garantir as aprendizagens e o desenvolvimento previstos em um projeto de Educação em Tempo Integral, é fundamental constituir uma ambiência propícia para a troca, a construção coletiva de conhecimentos, a criatividade, a participação, o diálogo e a coesão social.

Todos os espaços (escolares e não escolares) têm na Educação em Tempo Integral seu potencial educativo reconhecido e devem ser integrados de forma planejada, na perspectiva de assegurar interações significativas que garantam o aprendizado e o desenvolvimento de todos os estudantes.

10. Proposta Curricular

Para efetivar nas escolas uma educação integral é preciso que o currículo também seja integrado, isto é, possa ser praticado por todos os atores educativos da comunidade escolar, sejam eles gestores, pedagogos, professores da Educação Básica, educadores sociais ou outros que atuem na escola com os professores e os estudantes, desde que este currículo seja amplamente discutido e construído com a

participação de todos. Organizar uma proposta pedagógica na perspectiva do currículo integrado consiste em construir uma nova postura pedagógica, que rompa com a sua estrutura fragmentada, adotando uma abordagem integradora que traga os estudantes para o centro do processo de formação e que conecte a sua experiência escolar à experiência social.



Portanto, a ampliação da jornada objetiva a oferta de um currículo mais significativo aos estudantes, integrando a formação básica a outros conteúdos e experiências, garantindo-lhes a melhoria da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, e, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Língua Portuguesa e em Matemática. Aos estudantes devem ser garantidas por meio de atividades que visem a melhoria da aprendizagem desenvolvimento das competências da Base Nacional Comum Curricular.

A nova organização curricular da Educação Integral do Ensino Fundamental é composta pelas Áreas do Conhecimento e pelos Campos Integradores, possibilitando a identificação e o desenvolvimento dos Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e das Habilidades de cada etapa de ensino, de acordo com o Plano Curricular Municipal de Cristalina – GO, DCGO e a Base Nacional Comum Curricular. Dessa forma, ela estabelece um currículo com mais sentido. A escola precisa organizar-se para que a prática pedagógica desenvolvida pelos professores dos Componentes Curriculares e pelos professores dos Campos Integradores seja integrada e planejada coletivamente e contemple atividades estruturadas e contextualizadas, que propiciem a aprendizagem significativa de todos os estudantes. Ressaltamos que o Especialista da Educação Básica tem papel fundamental no acompanhamento do trabalho docente e do processo de aprendizagem dos estudantes. É essencial que todas as dificuldades apresentadas pelos estudantes e/ou professores sejam discutidas e intervenções sejam propostas para garantir que os objetivos de aprendizagem propostos no planejamento sejam efetivados.

O currículo da oferta da Educação em Tempo Integral se organiza a partir das concepções expressas no Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, incluindo a Proposta Pedagógica Curricular, de forma que a prática curricular não fragmente e/ou dissocie as atividades acadêmicas e lúdicas. Outro aspecto essencial é o tratamento de todos os elementos que compõe o currículo com o mesmo grau de importância no processo de desenvolvimento e de formação humana da criança, sejam as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular ou outros componentes curriculares definidos por esta instituição de ensino.

Para que a ampliação do tempo escolar não se resuma apenas no aumento de horas de permanência do estudante na escola é importante a compreensão política, epistemológica e pedagógica desse tempo escolar ampliado, levando a uma organização curricular e didática que realmente implique em mais e melhor ensino-aprendizagem e desenvolvimento.

A permanência ampliada na escola e o redimensionamento dos processos educativos são consequência, e não um fim em si mesmo, de um projeto de educação e desenvolvimento das crianças. Os tempos de aprendizagem e de permanência se ampliam e se alteram visando mais tempo para o conhecimento, mais tempo para que a escolarização atinja níveis cada vez mais elevados de formação corporal, psicológica, social, cultural, científica, estética, ética, afetiva, política.

A ampliação do tempo escolar no Ensino Fundamental deve implicar no lúdico e nos espaços formativos apropriados para a infância, favorecendo o desenvolvimento físico, social e psíquico das crianças. Os espaços devem ser rearranjados atendendo ao desenvolvimento das crianças, previstos na proposta pedagógica curricular, com materiais e equipamentos diversos, para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, emocionais, culturais, sociais, físicas, entre outras, considerando a faixa etária atendida.

As organizações, os componentes curriculares são os contidos na Resolução nº 07/2010-CNE/CEB, que trata da articulação das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e Parte Diversificada, e devem contemplar atividades curriculares complementares de ampliação de jornada, assim organizadas de acordo com as necessidades e especificidades desta instituição de ensino, autorizadas pela mantenedora.

A implementação de um currículo integrado objetiva, portanto, viabilizar a associação entre a formação básica e outros conteúdos e experiências, garantindo aos estudantes a melhoria da aprendizagem em todas as áreas do conhecimento, e o desenvolvimento de habilidades que ampliem o letramento em Língua Portuguesa e em Matemática.

10.1. Metodologia


O coletivo de educadores de cada escola deve construir e efetivar uma metodologia capaz de atrair, envolver e comprometer cada criança e adolescente na busca pela aprendizagem individual e coletiva, propiciando às crianças e adolescentes a movimentação e apropriação das múltiplas possibilidades educacionais hoje existentes, a fim de desenvolver um espírito investigativo e empreendedor.

A operacionalização do currículo se dá, inicialmente, através da escolha da abordagem didático-pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar pela escola, que oriente a proposta pedagógica e resulte de pacto estabelecido entre os professores, funcionários, estudantes, profissionais de apoio não

específicos da educação e da comunidade, subsidiando a organização do currículo, a definição de temas ou projetos e a constituição de redes de aprendizagem.

10.2. A Organização das Aulas

A Matriz Curricular da Educação Integral do Ensino Fundamental está estruturada em 25 h/a semanais para os componentes curriculares das áreas de conhecimento Educação Básica e 20h/a para os Campos Integradores, totalizando 45 h/a semanais.

Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO			 PREFEITURA DE CRISTALINA			Matriz Curricular do Ensino Fundamental															
						Ensino Fundamental – Séries Iniciais								Ensino Fundamental – Séries Finais							
Educação de Tempo		Integral 1º ao 9º ano		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano	
Base Nacional Curricular	Área de Conhecimento/Componente Curricular		CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
	Linguagens	Língua Portuguesa	7	280	7	280	7	280	7	280	7	280	5	200	5	200	5	200	5	200	
		Arte	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	1	40	1	40	1	40	1	40	
		Educação Física	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	2	80	2	80	2	80	2	80	
		Língua Estrangeira – Inglês	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	2	80	2	80	2	80	2	80	
	Ciências Humanas	História	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	3	120	3	120	3	120	3	120	
		Geografia	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	3	10	3	10	3	10	3	10	
	Matemática	Matemática	7	280	7	280	7	280	7	280	7	280	5	200	5	200	5	200	5	200	
	Ciências da Natureza	Ciências	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	3	120	3	120	3	120	3	120	
	Ensino Religioso	Ensino Religioso	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40	
Total de Aulas/Semanal/Anual		25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000		
Parte Diversificada/Componentes Integradores/Educação e Tempo Integral	Linguagens	Estudos Orientados	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	
		Leitura e Produção Textual	2	80	2	80	2	80	2	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Comunicação e Linguagens	-	-	-	-	-	-	-	-	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
		Atividades Esportivas e Recreativas	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	4	160	
		Libras - Língua Brasileira de Sinais	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
	Ciências Humana	Cultura e Saberes em Arte	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
		Educação para a Cidadania	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
	Matemática	Conhecimento Matemático	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
	Ciências da Natureza	Educação Ambiental – Prática de desenvolvimento sustentável e Promoção de Saúde	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80	
	Total de Aulas/ Anual		20	800	20	800	20	800	20	800	20	800	20	800	20	800	20	800	20	800	
Total da Carga Horária		45	1800	45	1800	45	1800	45	1800	45	1800	45	1800	45	1800	45	1800	45	1800		

11. Garantia de Continuidade

A matriz curricular está estruturada nas etapas a partir do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental, desta forma sua organização é dada em turma única.

A turma definida e criada para desenvolvimento da matriz curricular terá a garantia de continuidade no ano subsequente, desde que tenha a seguinte etapa no ensino fundamental na escola.

12. Campos Integradores

O Campo Integrador é um conjunto de atividades pedagógicas, nas quais os conhecimentos e saberes são desenvolvidos de forma integrada, em consonância com os conceitos e conteúdos trabalhados nos componentes curriculares que compõem as áreas de conhecimento.

A nova Educação Integral traz um currículo que articula componentes curriculares dos Campos Integradores e com da Base Nacional Comum Curricular. Essa articulação é primordial para a formação integral dos estudantes. Desenvolver campos integradores que: intensificam as discussões ente os estudantes sobre seus objetivos presentes e futuros ajudando-os na gestão do tempo, na organização pessoal e na responsabilização pelo coletivo; garantir acompanhamento pedagógico mais assertivo nas dificuldades dos estudantes; desenvolver projetos interdisciplinares e atividades práticas concretas e contextualizadas ao cotidiano dos estudantes.

Componentes Curriculares dos Campos Integradores para as turmas de Educação Integral Anos Iniciais:

- Estudos Orientados
- Leitura e produção textual
- Conhecimento Matemático
- Esporte e Recreação
- Cultura e Saberes em Arte
- Educação para a Cidadania
- Educação Ambiental - Práticas de Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

Componentes Curriculares dos Campos Integradores para as turmas de Educação Integral – Anos Finais:

- Estudos Orientados
- Comunicação e Linguagens
- Conhecimento de Matemático
- Educação para a cidadania
- Esporte e Recreação
- Cultura e Saberes em Arte
- Educação Ambiental - Práticas de Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

a) Estudos Orientados - (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)

Este componente curricular deverá subsidiar o acompanhamento da consolidação das habilidades e competências no processo de ensino e aprendizagem e com vistas a melhorar as aprendizagens em todas as áreas do conhecimento. Os Estudos Orientados devem apoiar o estudante na aquisição de hábitos e incentivá-lo na rotina de estudo diário, através de atividades que auxiliem no seu processo de aprendizagem, a serem desenvolvidas de forma autônoma, indispensáveis para seu projeto de vida.

A orientação do professor deve ser conduzida individualmente ou em grupos por meio de exercícios, atividades diversificadas, escrita e leitura, não sendo confundida com aula para a realização de tarefas escolares. Nesse sentido, essa orientação pode ser realizada através do ensino de técnicas de estudo e instruções sobre tarefas específicas ou temas de dificuldade/interesse comuns à turma. É interessante propor atividades em grupo, assim o estudante criará oportunidades de aprender coletivamente.

A Orientação de Estudos tem como principal característica a promoção de técnicas e de estratégias que orientem e apoiem os alunos em suas práticas de estudo, uma vez que aprender a estudar é condição primordial para o desenvolvimento da autonomia e das habilidades e competências que os estudantes ainda não dominam.

As aulas de Orientação de Estudos apoiam o cumprimento do Currículo Escolar e dão suporte para que os alunos consolidem e ampliem as habilidades previstas de forma que não apresentem novas defasagens. Assim, nessas aulas devem se manter a interface e a interação permanentes com as disciplinas que compõem a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada da matriz curricular.

Essa disciplina também está diretamente relacionada à excelência acadêmica, pois favorece a construção do conhecimento pelos alunos, estimulando o desenvolvimento do Protagonismo Juvenil e dos Quatro Pilares da Educação. As aulas de Orientação de Estudos têm por objetivo contribuir para que os alunos possam:

- Reconhecer a importância da aquisição de hábitos e rotinas de estudo;
- Identificar e reconhecer os fatores fundamentais para o ato de estudar;
- Compreender a diferença entre qualidade e intensidade de estudo;
- Apropriar-se da capacidade de organização para estudar;
- Compreender e aplicar técnicas de estudo na rotina diária;
- Consolidar hábitos e rotinas de estudo;
- Desenvolver uma postura protagonista em relação à própria aprendizagem;
- Realizar a sua autoavaliação.

A Orientação de Estudos tem articulação com todas as áreas de conhecimento, mas não deve ser confundida, tão somente, com reforço escolar e/ou com um momento destinado à realização de tarefas de determinadas disciplinas.

Tal articulação está associada tanto ao caráter transdisciplinar das técnicas e dos procedimentos propostos pela disciplina (resumo, esquema, resenha, mapa conceitual etc.), quanto à necessidade de diálogo entre os professores de Orientação de Estudos e das disciplinas da Base Nacional Comum, para planejamento conjunto das atividades que serão programadas a partir das demandas de aprendizagem dos estudantes.

b) Leitura e Produção Textual ou Comunicação e Linguagens (Anos Finais do Ensino Fundamental)

Os componentes de Leitura e Produção Textual e Comunicação e Linguagens deverá promover o desenvolvimento e a consolidação de habilidades de leitura e escrita em diversos campos de atuação. Assim, o estudante poderá compreender e fazer uso das diferentes funções da leitura e da escrita, compreendendo e produzindo textos orais e escritos de diferentes gêneros textuais. Deve proporcionar o desenvolvimento de atitudes e práticas que favoreçam a formação de leitores proficientes, a partir de procedimentos didáticos criativos com os quais a leitura servirá de referência para a produção textual dos estudantes. Assim, eles serão estimulados a planejar, escrever, reler e reescrever seus textos em situações cotidianas de uso da leitura e escrita.

A cultura digital integra o componente curricular introduzindo a realidade do mundo virtual. Essa temática ganhou grande importância na educação com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devido às mudanças sociais significativas, ao avanço tecnológico da informação e ao crescente acesso a dispositivos como computadores, telefones celulares e tablets.

Todo esse contexto impõe à educação novos desafios em relação ao papel e à formação dessas novas gerações, contribuindo para que os estudantes tenham atitudes críticas em relação ao conteúdo. Quando essas novas linguagens são incorporadas ao currículo, é possível reinventar modelos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e aluno. Por isso, além de dispor de recursos tecnológicos — computadores, smartphones, tablets, acesso à internet, entre outros —, é necessário adaptá-los às atividades educativas considerando várias dimensões envolvidas nisso. A cultura digital é muito mais que apenas utilizar dispositivos eletrônicos em salas de aula. Em termos culturais, deverão ser abordados também temas relacionados à cultura digital (software educacional; informática e tecnologia da informação; ambiente de Redes Sociais; inclusão digital; Educomunicação – rádio escolar, jornal escolar, histórias em quadrinhos, fotografia, vídeo, fake News etc.).

c) Conhecimento Matemático (Anos Finais do Ensino Fundamental)

O componente curricular Conhecimento Matemático visa a ampliar as oportunidades de aprendizagem matemática e permite que os estudantes vivenciem aquilo que a teoria não é capaz de demonstrar, como o processo de descoberta do qual fazem parte a imaginação, os contraexemplos, as conjecturas, as críticas, os erros e os acertos. As atividades desenvolvidas nesse componente devem associar a teoria e a prática em seus princípios e objetivos, ou seja, devem desenvolver as habilidades de observar, investigar, fazer e perceber os diferentes conceitos matemáticos.

Atividades diretamente conectadas com a vida diária e a Natureza poderão ser envolvidas pelo estudo de todas as possíveis relações e interdependências quantitativas entre grandezas, comportando um vasto campo de teorias, modelos e procedimentos de análise, metodologias próprias de pesquisa e formas de coletar e interpretar dados.

d) Atividades Esportivas e Recreativas (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)

O componente Atividades Esportivas e Recreativas deve proporcionar o prazer por conhecer e praticar o esporte e a recreação por meio de jogos e brincadeiras, considerando as condições, necessidades e os interesses dos estudantes, e assim, permitir que as crianças e adolescentes exercitem sua criatividade e vivenciem as atividades de forma divertida. (Poderão ser trabalhadas atividades de: Atletismo; Ginástica rítmica; Corrida de orientação; Ciclismo; Tênis de campo; Recreação/lazer; Brincadeiras tradicionais da infância; Voleibol; Basquete; Basquete de rua; Futebol; Futsal; Handebol; Tênis de mesa; Judô; Karatê; Taekwondo; Ioga; Natação; Xadrez tradicional; Xadrez virtual; Capoeira entre outros).

As atividades de esporte e lazer se caracterizam como uma oportunidade de realizar um treinamento mais aprofundado em um esporte ou modalidade específica ou mesmo proporcionar atividades de recreação e lazer que tenham como objetivo o desenvolvimento corporal, motor e social dos estudantes.

e) Educação Ambiental - Práticas de Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)

O componente Educação Ambiental e Práticas de Desenvolvimento Sustentável e Promoção da Saúde deve sensibilizar os estudantes quanto à importância de atitudes sustentáveis, além de promover estímulo à criatividade, mobilização e o desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas, propiciando aptidões socioemocionais, percepção e imaginação, o que dá sentido à existência humana com práticas sustentáveis e sensibilizadoras. Além disso, deve inserir no contexto social a ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por seres humanos e pela natureza nas diferentes culturas.

Devem integrar as disciplinas as atividades de alimentação saudável, alimentação escolar saudável, horta escolar e/ou comunitária, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das IST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras).

f) Cultura e saberes em Arte (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)

O componente Saberes em Arte propõe um trabalho a partir da experimentação artística, da reflexão sobre a arte e da apreciação e crítica nas diferentes linguagens (artes visuais, música, dança, teatro etc.) de forma articulada nos diversos saberes culturais integrados às linguagens em representações individuais e coletivas. Atividades como Leitura, Banda fanfarra, Canto coral, Hip Hop, Danças, Teatro, Pintura, Grafite, Desenho, Escultura, Percussão, Capoeira, Flauta doce, Cineclube, Prática circense, Mosaico, deverão estar integradas.

O componente Cultura e Saberes em Arte traz ao estudante a expressão artística como possibilidade de produzir, contextualizar e apreciar a Arte utilizando-se dos diversos saberes culturais, integrado às linguagens, em expressões individuais e coletivas.

Neste campo integrador são incentivadas a produção artística visual, musical, as expressões corporais e dramáticas, atividades relacionadas às artes cênicas, artesanato e danças populares. O professor poderá ainda realizar experiências embasadas na criatividade e na autoria dos estudantes, através de práticas de multiletramento.

Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores. (BNCC, 2017, p.193)

Algumas linguagens e expressões da arte têm origem na cultura de uma localidade e, assim, compõem a identidade daquela população. O trabalho do professor deve ser o de integrar esses saberes de forma interdisciplinar, criando possibilidades para o desenvolvimento do saber estético e artístico dos estudantes. Assim o campo integrador Cultura e Saberes em Arte propõe um trabalho a partir da experimentação artística, da reflexão sobre a arte e da apreciação e crítica desses processos nas diferentes linguagens e de forma articulada.

Criar, recriar, ler o mundo, ler os objetos artísticos, produzir artisticamente, exteriorizar suas expressões e refletir sobre o que foi produzido irão fundamentar o trabalho no campo integrador, em conformidade com o Plano Curricular de Cristalina-Goiás.

g) Educação para a Cidadania (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)

O componente Educação para a Cidadania visa à construção de um olhar para o futuro permitindo que o estudante consolide seus valores, identifique-se com seu território e, sobretudo, desenvolva competências essenciais à concretização de sua aprendizagem, tanto na escola quanto fora dela. Dessa forma, possibilitar aos estudantes a vida em sociedade em seus diversos tempos de vivência e ainda estimular mudanças significativas para esses sujeitos, considerando a fase da vida em que encontram, desenvolvendo a disciplina, a resiliência, a persistência e a capacidade de sonhar.

Deve prever temas que permitam que os estudantes identifiquem seus sonhos, definam um propósito na vida e estratégias para alcançá-lo, além dos que promovam os direitos humanos, educação para o trânsito, educação financeira e para o consumo. A abordagem desses temas pretende auxiliá-los a tomar decisões de forma crítica e responsável, a resolver problemas e a lidar com situações inesperadas, buscando sempre o respeito ao outro e aos direitos humanos.

Neste componente visa-se proporcionar conhecimentos básicos sobre o que significa ser um cidadão e suas consequências práticas em termos de direitos e deveres e a formação do cidadão participativo.

Por sua vez, educação financeira é um processo de aprendizado que transmite informações sobre a gestão de finanças pessoais. Para isso, essa área de ensino busca desenvolver habilidades voltadas para métodos de economia, investimentos e controle de gastos pessoais. Os principais temas previstos na educação financeira, tais como: formação de poupança; consumo consciente; orientação a investimentos; proteção contra fraudes financeiras; sustentabilidade; empreendedorismo, desenvolvimento de hábitos e atitudes que contribuem para o bem-estar financeiro, entre outros.

A educação financeira representa um excelente instrumento de integração e motivação para alunos e professores pois a todo instante precisamos tomar decisões financeiras. É bom que as crianças aprendam cedo, com naturalidade e percepção sobre a importância do dinheiro em nossas vidas.

Todas as áreas de conhecimento estão envolvidas na construção de ideais de paz, liberdade e justiça social, sendo a consciência dos direitos e deveres, sua pedra angular.

Nessa área, as atividades poderão contemplar, ainda, a discussão de assuntos acerca da problemática da violência, drogadição, bullying, preconceito e discriminação, entre outros.

h) LIBRAS: Língua Brasileira de Sinais (Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental)

O ensino da Língua Brasileira de Sinais, como disciplina, confere o direito de o aluno surdo estudá-la e de ter colegas, familiares e professores que compreendem o seu uso. Dessa forma, o ensino de libras é essencial para que se possa promover a inclusão das pessoas surdas, e de outras que se comunicam na Língua Brasileira de Sinais.

Como construção social, o currículo de LIBRAS deverá retratar os valores, atitudes e práticas sociais que fazem parte das experiências visuais que circulam na comunidade surda e deverá refletir, acima de tudo, a cultura e as identidades surdas.

Abordará o alfabeto manual ou datilológico usado para expressar nomes de pessoas, nomes próprios, de localidades, empréstimos linguísticos e outros termos que não apresentam um sinal- termo correspondente na Libras”. Bem como, reconhecer parâmetros, classificadores e a semântica em LIBRAS. Utilizar de forma apropriada os fundamentos gramaticais de LIBRAS. Utilizar o vocabulário básico e a estrutura de frases para manter uma comunicação efetiva com deficientes auditivos.

O método de ensino seguirá três abordagens principais. São elas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.

i) Rotinas: Momento Cívico, alimentação e higiene

As atividades que compreendem esse campo integrador vão abordar hábitos de ordem, frequência, civismo, higiene corporal, bucal e outras e hábitos de alimentação, bem como a recreação dirigida pelos próprios alunos.

Momento Cívico: Os estudantes são orientados e incentivados a conhecerem e cantarem a letra correta do Hino Nacional Brasileiro, Hino de Goiás e do município, compreendendo o que estão

recitando e sabendo o significado das letras. Esse momento é importante, porque incentiva o patriotismo, o amor e o respeito à Pátria, aprendem valores, postura correta, esperar a vez e o manuseio das Bandeiras do Estado, Brasil e Município, dentre outros, é um momento onde o diretor escolar deve conversar com os estudantes avaliando os acontecimentos negativos do dia anterior, zelando para que os mesmos não se repitam e dá os encaminhamentos do dia, cuidando para que a Unidade Escolar mantenha a organização necessária. Da mesma forma os coordenadores fazem suas considerações, o momento também é utilizado para cantar os parabéns aos aniversariantes do dia e é feita a Oração Universal do Pai Nosso, respeitando todas as religiões. É uma ação que contribui para a formação de cidadãos críticos, aptos a viverem em sociedade.

Café da Manhã e Almoço: O refeitório é um espaço de aprendizagem também, os estudantes precisam comer em ambientes agradáveis e acolhedores, é preciso ficar explícito o respeito que a escola tem com as crianças e das crianças com todos os funcionários. No momento do almoço, os estudantes são incentivados a esperar a sua vez, a higienização das mãos, com o devido cuidado ao pegar o alimento, desenvolvem o hábito de comer verduras, legumes e frutas entre outros. É um momento em que todas as turmas se encontram e conversam cultivando a interação social.

Escovação: Após o almoço é obrigatório a escovação, deve ser acompanhada pelo coordenador de turno e professor regente, os estudantes devem ser orientados a fazer a escovação corretamente. É importante lembrar a importância da organização, a rotina é necessária e ajuda em todo processo. O momento deve ser aproveitado para ir ao banheiro, beber água e encher garrafinhas com água.

A articulação entre os professores das áreas de conhecimento e dos componentes dos campos integradores é fundamental para que sejam desenvolvidas de forma integrada todo o currículo, evitando uma prática fragmentada e descontextualizada.

13. Ementa das Disciplinas Diversificadas Integradas à Jornada Ampliada

A organização da Matriz Curricular do Tempo Integral deve configurar não apenas um simples aumento de carga horária, mas a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas, bem como de afirmação, proteção e resgate de direitos. Para isso, é preciso que haja um espaço-tempo a ser utilizado sistemática e intencionalmente para: o desenvolvimento humano e social; a construção de identidades e exercício da autonomia e o respeito à diversidade étnico-racial e cultural, de gênero, de educação sexual e de crenças.

Dessa forma, os componentes curriculares integrados à jornada ampliada serão desenvolvidos de forma articulada e complementar aos da Base Nacional Comum, de modo a propiciar ampliação, aprofundamento e diversificação curricular, visando ao desenvolvimento das habilidades e competências que fundamentam o processo de aprendizagem dos estudantes.

A abordagem dos temas transversais na contemporaneidade é uma busca pela melhoria da aprendizagem. Ao contextualizar o que é ensinado em sala de aula juntamente com os temas contemporâneos, espera-se aumentar o interesse dos estudantes durante o processo e despertar a

relevância desses temas no seu desenvolvimento como cidadão. O maior objetivo dessa abordagem é que o estudante conclua a sua educação formal reconhecendo e aprendendo sobre os temas que são relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que a abordagem dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) permita ao estudante compreender questões diversas, tais como cuidar do planeta, a partir do território em que vive; administrar o seu dinheiro; cuidar de sua saúde; usar as novas tecnologias digitais; entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres como cidadão, contribuindo para a formação integral do estudante como ser humano, sendo essa uma das funções sociais da escola. Já a transversalidade é um princípio que desencadeia metodologias modificadoras da prática pedagógica, integrando diversos conhecimentos e ultrapassando uma concepção fragmentada, em direção a uma visão sistêmica. Os TCTs não são de domínio exclusivo de um componente curricular, mas perpassam a todos de forma transversal e integradora. A Base Nacional Comum Curricular destaca a importância dos TCTs quando diz que é dever dos sistemas de ensino e escolas:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2017, p. 19).

Há de se observar especialmente a educação para Relações Étnico-raciais no Brasil instituída pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que regulamentam o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica do Brasil que é hoje o principal instrumento de luta contra o racismo dentro do campo educacional. A educação antirracista existe para dar visibilidade ao debate, para proteger as crianças e adolescentes do racismo e garantir que todos tenham garantido seu direito de desenvolvimento integral.



importante ressaltar que as ementas são apenas orientações de organização dos conteúdos, e que a unidade escolar deve partir dessa organização para formular sua Proposta Pedagógica Curricular, elaborando os conteúdos específicos de acordo com sua realidade e prevendo também a discussão e abordagem dos desafios educacionais a partir desses conteúdos.

A avaliação dessas disciplinas deve seguir o sistema de avaliação definido pelo estabelecimento e estar descrito na Proposta Pedagógica Curricular.

É importante observar que as atividades precisam ter características lúdicas e práticas, com metodologias diferenciadas.

Por terem organização flexível quanto à formação das turmas, os componentes curriculares não precisam passar pelo mesmo processo de avaliação das disciplinas da parte diversificada. No entanto, isso não significa que não seja necessário que as atividades sejam avaliadas. Uma possibilidade bastante interessante de avaliação para os componentes curriculares, é a utilização da elaboração de um portfólio de cada uma das atividades ofertadas. Nesse instrumento de avaliação, é possível utilizar diversos recursos para o registro, o que o torna muito rico. Outra possibilidade é o relatório descritivo no Sistema MegaEduca.

Para elaborar os planos dos Componentes Curriculares Integrados no Projeto Político Pedagógico, deverão estar descritos os itens listados a seguir:

- Área.
- Título do componente curricular.
- Conteúdos.
- Objetivos.
- Encaminhamento metodológico.
- Resultados esperados.
- Avaliação.

14. Estrutura e Funcionamento da Instituição

14.1. Organização Administrativa e Pedagógica



14.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	01	x	
Secretaria	01	X	
Sala de professores	01	X	
Sala de coordenação pedagógica	01	X	
Sala de leitura ou biblioteca	01		X
Sala de TV e vídeo	-	-	-
Sala de informática	01	-	x

Sala de Recursos/AEE	01	-	X
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	11	-	-
Almoxarifado	01	-	X
Depósito de material de limpeza	01	X	-
Despensa	01	X	-
Refeitório	01	X	-
Pátio coberto	01	-	-
Quadra de esportes descoberta	-	-	-
Quadra de esportes coberta	01	X	-
Cozinha	01	X	-
Sanitário dos funcionários	01	X	-
Sanitário dos alunos	01	X	-
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	01	X	-
Rampas	01	X	-
Corrimão	-	-	-

14.3. Organização das turmas e Participação Discente

14.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino				Período Integral			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²	Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²
4 anos	A	25	45,20	4 anos	B	21	45,20	4 anos			
5 anos	A	16	45,20	5 anos	B	20	45,20	5 anos			
TOTAL DISCENTE		41		TOTAL DISCENTE		41		TOTAL DISCENTE			

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2026 – Sistema MegaEduca

14.3.2. Ensino Fundamental I e II

Período Matutino				Período Vespertino			
Série/Ano	Turma	Nº alunos	Sala m ²	Série/Ano	Turma	Nº alunos	Sala m ²
1º ano	A	22	45,20	1º ano	B	24	45,20
2º ano	A	25	45,20	2º ano	B	23	45,20

3º ano	A	26	45,20	3º ano	B	27	45,20
4º ano	A	26	45,20	4º ano	B	22	45,20
5º ano	A	24	45,20	5º ano	B	25	45,20
6º ano	A	25	45,20	6º ano	B	26	45,20
7º ano				7º ano			
8º ano				8º ano			
9º ano				9º ano			
TOTAL DISCENTE	148			TOTAL DISCENTE	147		

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2026 – Sistema MegaEduca

14.3.3. Educação de Jovens e Adultos

Período Noturno				
	Série	Turmas	Nº alunos	Sala m ²
I SEGMENTO (Anos Iniciais)	1ª etapa	_____	_____	_____
	2ª etapa	_____	_____	_____
	3ª etapa	_____	_____	_____
	4ª etapa	_____	_____	_____
II SEGMENTO (Anos Finais)	1ª etapa	_____	_____	_____
	2ª etapa	_____	_____	_____
	3ª etapa	_____	_____	_____
	4ª etapa	_____	_____	_____
TOTAL DISCENTE				

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2026– sistema MegaEduca

14.3.4. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM).

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

As professoras Rosemary de Jesus, pós-graduada em Neuropsicopedagogia, e Hosana de Souza Lemos, pós-graduada em Educação Especial - Avançado, Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica e Psicopedagogia Institucional e Clínica, e ABA (Análise do comportamento Aplicada), são as profissionais responsáveis pelo AEE da instituição

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;
- II. Elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, bem como, elaborar o Plano Anual do Atendimento Educacional Especializado;
- III. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;
- IV. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V. Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;
- VII. Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;
- VIII. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.
- IX. Realizar o Estudo de Caso e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em novembro de 2024.

14.3.5. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os

níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A resolução do Conselho Municipal de Educação nº 06/2025 aprova o Regimento Escolar do Sistema Municipal de Educação, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.590/2022, que estabelece as diretrizes para o funcionamento do Sistema Municipal de Ensino.

14.3.6. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 82 de 28/08/2024, no que concerne ao art. 7º, inciso I, onde lemos: As atividades

escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

14.4. Recursos Humanos

14.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretor/Coordenador Geral	Vanessa dos Santos Brandão Ferreira	Pedagogia	Efetivo
Secretário(a) Geral	Silvia Marise Monteiro	Pedagogia	Desvio de função
Coord. Pedagógico Anos Iniciais, Agrupamento de 4 Anos ao 3º Ano - B – Matutino	Samantha Daminelli Cavalcanti	Pedagogia	Efetivo
Coord. Pedagógico Anos Iniciais, Agrupamento de 4 Anos ao 3º Ano - B – Vespertino	Angélica de Oliveira Gonçalves	Pedagogia	Efetivo
Coord. Pedagógico Anos Iniciais do 4º e 5º Ano e finais - 6º Ano	Mônica Gonçalves Ribeiro	Letras	Efetivo
Coord. Turno Matutino	Janete Ruela dos Santos Monteiro	Pedagogia	Efetivo
Coord. Turno Vespertino	Angélica Rodrigues de Araújo	Pedagogia	Temporário
Coord. de Turno Vespertino (Auxiliar)	Nádia da Rocha e Silva	Pedagogia	Desvio de Função

FONTE: Modulação 2026

14.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Adriano Barbosa dos Santos	Pedagogia	Professor 5º ano A – Integral.	Temporário
Alzira pereira dos Santos	Pedagogia	Professora 1º ano A – Matutino.	Efetivo
Angélica Rodrigues de Araújo	Pedagogia	Professora de Arte e Ensino Religioso do 6º ano A e B – Integral.	Temporário
Cláudia Helena Freitag	Pedagogia	Professora 2º ano B – Vespertino.	Efetivo
Daniela da Silva Martins	Pedagogia	Professora de Geografia do 6º ano A e B; Educação Ambiental: 4º	Temporário

		ano A e B, 5º ano A e B; Educação para Cidadania: 4º A e B, 5º A e B, 6º A e B – Integral/Inglês 1º A – Matutino	
Felipe Marcel Seabra de Matos	Pedagogia	Professor Atividades Esportivas e Recreativas 4º A e B, 5º A e B, 6º A – Integral.	Temporário
Geciele Campos Izidoro	Pedagogia	Professora Agrupamento de 4 anos A – Matutino.	Temporário
Geovanna Ricardo Montalvão	Pedagogia	Professora 2º ano A – Matutino.	Temporário
Giuliane Mello da Silva	Pedagogia	Professor do 4º ano A – Matutino; Cultura e Saber em Arte: 4º A, 5º A e 6º A – Integral.	Temporário
Hosana de Souza Lemos	Pedagogia	Professora AEE – Vespertino.	Temporário
Ivanete José Pires Marra	Pedagogia	Professor 1º ano B – Vespertino/ Língua Portuguesa: 6º B.	Temporário
Jany Cortes da Silva Oliveira	Pedagogia	Professora Projeto de Leitura.	Desvio de função
Leonice Alves de Matos	Pedagogia	Professora 3º ano A – Matutino.	Temporário
Lucyelle Ribeiro de Mesquita	Pedagogia	Professor 3º ano B – Vespertino/ Língua Portuguesa: 6º ano A.	Temporário
Magda Ribeiro de Santana	Pedagogia	Professora do Agrupamento de 5 anos B – Vespertino.	Temporário
Marcio Borges da Silva Santos	Educação Física	Professor de Educação Física: 1º ano A e B, 2º ano A e B, 3º ano A e B, 4º ano A e B, 5º ano A e B, 6º ano A e B – Matutino e Vespertino; Atividades Esportivas e Recreativas: 6º ano B – Integral.	Temporário
Maria de Fátima Alves Rocha Tondo		Professora de Cultura e Saber em Arte: 4º B, 5º B e 6º B – Integral.	Efetivo

Maria Margarete Silva Gomes	Ciências	Professora de Ciências do 6º ano A e B; Educação Ambiental: 6º A e 6º B – Integral.	Temporário
Nádia Pereira Marques	Pedagogia	Professora Projeto de Leitura.	Desvio de função
Patrícia Barbosa Leal	Letras	Professora de Libras: 4º ano A e B, 5º ano A e B, 6º ano A e B – Integral.	Temporário
Rafael Bergani Pereira	Matemática	Professor de História e Matemática do 6º ano A e B; Conhecimentos Matemáticos: 4º A e B, 5º ano A e B, 6º ano A e B – Integral.	Temporário
Renata Rodrigues de Oliveira	Pedagogia	Professor 5º ano B – Matutino; Língua Inglesa: 2º ano B e 3º ano B – Vespertino; Estudos Orientados: 6º ano B – Integral.	Temporário
Rosana Peixoto dos Santos	Pedagogia	Professora de Língua Inglesa: 2º ano A, 3º ano A, 4º ano A e B, 5º ano A e B, 6º ano A e B – Matutino; Estudos orientados: 4º A e B, 5º A e B, 6º A – Integral.	Temporário
Rosemery de Jesus	Pedagogia	Professora AEE – Matutino.	Temporário
Rosimeire Pereira Ribas	Pedagogia	Professora Agrupamento 5 anos A – Matutino; Agrupamento 4 anos A – Vespertino	Efetivo/Temporário.
Sabrina José Gomes da Silva	Pedagogia	Professora do 4º ano B – Matutino; Produção Textual: 5º ano B, 6º ano A e B – Integral.	Temporário
Soraia Lopes de Oliveira	Pedagogia	Professora de Produção Textual: 4º ano A e B, 5º ano A – Integral; Língua Inglesa: 1º B – Vespertino.	Efetivo

FONTE: Modulação 2026

14.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Antônia Silvana de Pereira Lima	Ensino Médio Completo	ASG	Nomeada
Adriele Lima Feitoza	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Amanda Letícia Sousa Alencar	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Ana Karoliny Dias da Silva	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Camila Pereira Alves Lima	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Cíntia Dayane de Lima Fernandes	Pedagogia	Monitora	Contrato
Débora Eduarda dos Santos	Ensino Médio Incompleto	Merendeira	Nomeada
Érica dos Santos	Ensino Médio	Merendeira	Nomeada
Esmerinda Nayra de Lima de Brito	Cursando Enfermagem	ASG	Nomeada
Elizangela Rosa de Jesus Araújo	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
José Ribeiro Filho	Ensino Médio Incompleto	Vigia	Efetivo
Josemar Gomes de Areda	Ensino Fundamental Incompleto	Vigia	Contrato
Lana Fernandes Nascimento	Pedagogia	Monitora	Contrato
Mara Tavares de Souza Melo	Ensino Médio Incompleto	ASG	Nomeada
Maria Aparecida Borges Ramos	Pedagogia	ASG	Efetiva
Mariana Salgado Ribeiro	Ensino Médio	Ass. de Educação	Estágio Probatório
Mariza Marcia Leandro	Administração	Merendeira	Efetiva
Mauricio Tavares de Souza	Ensino Médio	Vigia	Efetivo
Marciane Cabral da Costa da Silva	Cursando Enfermagem	Merendeira	Nomeada
Nádia Ana Claudina	Ensino Médio Completo	ASG	Estágio Probatório
Regiane Pereira de Souza	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Rita Layane Pereira da Silva	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Sara dos Santos	Cursando Pedagogia	Monitora	Contrato
Silvana Soares da Silva	Farmácia	Ass. de Educação	Estágio Probatório

FONTE: Modulação 2026

15. Organização Curricular

15.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base

Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação.

É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

15.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos: Educação Digital e Inovação

A integração da cultura digital, do pensamento computacional e de tecnologias emergentes, como a Inteligência Artificial (IA), ao currículo, visando a inclusão digital, o fortalecimento da cidadania e a ampliação de oportunidades no mercado de trabalho, busca desenvolver competências digitais críticas, éticas e seguras em todos os estudantes, garantindo acesso à tecnologia e à conectividade de qualidade em todas as etapas da educação básica. Para isso, é essencial capacitar os docentes para o uso pedagógico de Recursos Educacionais Digitais (REDs) e IA permitindo que integrem essas tecnologias de forma eficaz ao processo de ensino-aprendizagem. O uso da IA deve focar na personalização do aprendizado, na promoção da equidade e inclusão, sempre com atenção à ética e aos possíveis vieses, incentivando a compreensão profunda de como o aprendizado acontece. Paralelamente, é necessário fomentar a utilização de plataformas, aplicativos e bancos de objetos de aprendizagem, tornando as aulas mais dinâmicas e acessíveis, e implementar metodologias ativas, como projetos, seminários e produções digitais, que envolvam pesquisa e criatividade.

O acompanhamento da implementação será contínuo e sistemático, por meio de avaliações diagnósticas e formativas que mapeiem o desenvolvimento das competências digitais dos alunos, pesquisas periódicas com professores sobre a eficácia dos recursos e necessidade de novas formações, e monitoramento do uso da infraestrutura e dos recursos digitais. Dessa forma, busca-se promover uma educação digital transversal, inclusiva e integrada a todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental e da EJA, preparando os estudantes para os desafios de um mundo em constante transformação tecnológica.

Os conteúdos curriculares são determinados pela Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME 30/2019.

Os componentes Curriculares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos estão organizados em áreas de conhecimento com competências específicas para o alcance das competências gerais de aprendizagem pautadas na BNCC.

LINGUAGENS	Língua Portuguesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. 2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. 8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.). 9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. 10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.
	Arte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades. 2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações. 3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando--as nas criações em Arte. 4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte. 5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística. 6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. 7. Problematicar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas. 8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes. 9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

CIÊNCIAS HUMANAS	Educação Física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. 2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. 3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. 4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. 6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. 8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. 9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. 10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
	Língua Inglesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. 2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. 3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade. 4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas. 5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável. 6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.
	Geografia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas. 2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história. 3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. 4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas. 5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. 6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza. 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

	História	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.
MATEMÁTICA	Matemática	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. 2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. 3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. 4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. 5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. 6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados). 7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. 2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza. 4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho. 5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. 7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. 8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. 2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. 3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

15.3. Orientações Metodológicas e Ações Pedagógicas

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)
<p>Orientação Metodológica: Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC.</p> <p>Ação Pedagógica: Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.</p>

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:

Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Ação Pedagógica:

Implementação de atividades de leitura e escrita que priorizam a alfabetização, utilizando as ferramentas do programa, com acompanhamento contínuo dos educadores e avaliação dos alunos.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:

O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM)**. Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: Fluência Leitora

1. **Diagnóstico inicial:** Avaliar o nível de fluência com palavras, pseudopalavras e textos.
2. **Práticas diárias de leitura:** Leitura em voz alta, leitura compartilhada e repetição de textos.
3. **Trabalho com pseudopalavras:** Exercícios para decodificação e fluência.
4. **Simulados periódicos:** Preparar os alunos para os testes de entrada e saída com simulações regulares.
5. **Acompanhamento individualizado:** Sessões de reforço com base nos resultados das avaliações.
6. **Uso do Data-show:** Retroprojeção de palavras, pseudopalavras e textos de edições anteriores, com imagens associadas, para apoiar alunos com dificuldades e promover inclusão.

Tema: SIAM**Orientação Metodológica:**

O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar áreas que necessitam de reforço e planejar estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada aluno.

Ação Pedagógica:

Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem monitorar o progresso dos alunos, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas, elaborar planos de aula direcionados, implementar atividades que atendam às demandas identificadas e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Avaliações Contínuas das Aprendizagens (Plataforma Criança Alfabetizada)**Orientação Metodológica:**

Plataforma que oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática.

Acesse os testes aplicados nos anos anteriores. São três, sendo o CICLO I aplicado em março:

<https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/index.html#!/minhapagina> (Coleção de Avaliações)

Ação Pedagógica:

Acompanhamento contínuo das habilidades de leitura, escrita e matemática, com ajustes pedagógicos baseados nos resultados das avaliações da Plataforma Criança Alfabetizada, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma personalizada. As avaliações contínuas são organizadas de acordo com os Ciclos de Aprendizagem:

- **Ciclo I** (Infância - Anos iniciais do Ensino Fundamental): Foca nas primeiras fases da alfabetização e letramento, avaliando o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.
- **Ciclo II** (Início da consolidação de habilidades): Aplica-se a alunos em processo de consolidação do aprendizado, com ênfase em interpretação de textos e produção escrita.
- **Ciclo III** (Fase de proficiência e autonomia): Avalia a fluência e a capacidade de compreender e produzir textos de forma mais autônoma.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica**Orientação Metodológica:**

- 1- Promover a formação contínua do professor
- 2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
- 3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
- 4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
- 5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
- 6-Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
- 7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:**1- Promover a formação contínua do professor:**

Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:

Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:

Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:

As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:

Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:

Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:

As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada**Orientação Metodológica:**

Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica:

Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa**Orientação Metodológica:**

A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da

ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema de ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não falem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

- 1- **Comunicação proativa:** Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, pulseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
- 2- **Prazos claros:** Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
- 3- **Suporte na regularização:** A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de saúde.

4- **Acompanhamento de casos específicos:** Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica

Orientação Metodológica:

- 1- Acompanhamento das rotinas
- 2- Recuperação Paralela
- 3- Padronização das atividades
- 4- Correção de atividades
- 5- Dificuldades de aprendizagem
- 6- Registro de situações atípicas
- 7- Exposição de materiais nas salas de aula
- 8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
- 9 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
- 10- Conhecimento da BNCC
- 11- Comprometimento com a formação continuada
- 12- Gestão da hierarquia e normas escolares
- 13 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:

1- Acompanhamento das rotinas:

Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Recuperação Paralela:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja esse acompanhamento, intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e, se necessário, alerte a família.

3- Padronização das atividades:

Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinem os alunos, eles também o serão.

4- Correção de atividades:

Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.

5-Dificuldades de aprendizagem:

As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.

6-Registro de situações atípicas:

Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

7-Exposição de materiais nas salas de aula:

O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.

8-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:

Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:

Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10-Conhecimento da BNCC:

O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

11-Comprometimento com a formação continuada:

O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12-Gestão da hierarquia e normas escolares:

A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.

13-Organização do ambiente escolar:

Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

16. Iniciativas Educacionais

16.1. Projetos municipalizados e institucionais

ECOVIVER (ECO VIA 050)	
Proponente:	Parceria com a Eco Via 050
Justificativa:	Conscientizar alunos sobre a importância da sustentabilidade e ações ecológicas no contexto escolar e comunitário.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental e estimular práticas sustentáveis nas escolas e nas comunidades.
Metodologia:	Atividades práticas de jardinagem, reciclagem, debates sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos do 3º ao 5º ano.
Resultados esperados:	Desenvolvimento de atitudes ecológicas, engajamento em práticas sustentáveis, aumento da conscientização ambiental.

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.
Justificativa:	O bullying e o cyberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao cyberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none">* Espaços de escuta: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e cyberbullying.* Atividades pedagógicas: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura.* Formação: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying.* Campanhas de conscientização: Divulgação de materiais informativos sobre o tema.* Apoio psicológico: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none">* Aumento da conscientização sobre bullying e cyberbullying.* Redução dos casos de bullying na escola.* Ambiente escolar mais seguro e acolhedor.* Promoção de uma cultura de paz e respeito.

	*Maior engajamento de pais e professores no combate ao bullying.
	Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/ Post: <i>Escola que protege</i>

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA	
Proponente:	SME e escolas
Justificativa:	Promover o civismo e a valorização da história e da cultura nacional.
Objetivo Geral:	Reforçar a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Metodologia:	Atividades e eventos comemorativos, palestras, desfiles e apresentações.
Público-alvo:	Alunos do 1º ao 9º e comunidade.
Resultados esperados:	Valorização da história e cultura nacional, fortalecimento do civismo nas escolas e comunidade.

OLIMPÍADA MIRIM DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS	
Proponente:	Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
Justificativa:	O Sucesso da OBMEP NÍVEL A, dedicada a alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental, motivou o IMPA a criar a OLIMPÍADA MIRIM que buscará novos talentos da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Objetivo Geral:	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular e promover o estudo da Matemática; - Estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área. - Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade; - Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas; - Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; - Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; - Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
Metodologia:	A Olimpíada Mirim é composta por duas fases , ambas aplicadas pelas escolas. A primeira etapa consiste em uma prova classificatória com 15 questões de múltipla escolha. Alunos classificados nesta etapa poderão participar da segunda fase, também composta de 15 questões objetivas.
Público-alvo:	Estudantes do 2º, 3º, 4º e 5º anos.
Resultados esperados:	Melhoria no desempenho em matemática, aumento do interesse pela disciplina.

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Proponente:	Instituto Pedro II

	Ministério da Educação (MEC) Fundação Santillana
Justificativa:	Estimular a escrita criativa e reflexiva entre os estudantes, promovendo o desenvolvimento das habilidades de produção textual e reflexão crítica.
Objetivo Geral:	Desenvolver habilidades linguísticas dos estudantes, incentivando a reflexão sobre temas sociais e culturais.
Metodologia:	Realização de competições de produção textual nas modalidades: Artigo de Opinião, Crônica, Memórias Literárias e Poema.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	Desenvolvimento da escrita criativa e crítica, aumento da percepção sobre temas sociais e culturais.

**SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
-DIA INTERNACIONAL DA MULHER-
03 a 09 de março**

Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras, campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

**SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA
21 a 28 de agosto**

Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

20 de novembro

Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none">* Desenvolver projetos antirracistas dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição.* Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola.*Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL

Proponente:	Governo Federal - Lei nº 10.639/03
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiaspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none">• Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes.

	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.
--	---

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E INCLUSÃO	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a diversidade étnico-racial e a inclusão visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Capacitação de Educadores: Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade. * Adaptação Curricular: Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares. * Campanhas de Conscientização: Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes. * Ações Afirmativas: Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências. * Monitoramento e Avaliação: Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.

Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escolar.
Resultados esperados:	<p>* Redução da Evasão Escolar: A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua.</p> <p>* Aumento na Performance Escolar: Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitadas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis.</p> <p>* Maior Representatividade e Apreciação da Diversidade: As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva.</p> <p>* Fortalecimento da Identidade e Autoestima: O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar.</p> <p>* Redução de Atos Discriminatórios: Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.</p>

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 18 de maio	
Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança -Lei 9.970/2000
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.
Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE 05 de Junho	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.

Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.
------------------------------	---

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos currículos escolares) - Lei nº 9.795.
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A Lei nº 9.795/1999 reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. • Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. • Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na comunidade escolar (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social. * Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da Lei nº 9.795.
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA

Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA OPÇÃO 1

Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema BNCC da Computação
Justificativa:	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que as escolas devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades que preparem os estudantes para o uso crítico, ético e criativo das tecnologias digitais. O presente projeto tem como objetivo promover a integração da área de Computação com as práticas pedagógicas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, estimulando a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo entre os alunos. Ao propor a realização de uma Feira Cultural e Tecnológica, buscamos contextualizar os conceitos de Computação de forma lúdica e prática, alinhados aos saberes e competências descritos na BNCC, promovendo uma aprendizagem significativa e inovadora.
Objetivo Geral:	Integrar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) ao processo de ensino e aprendizagem, com foco nas competências e habilidades previstas na BNCC, por meio de atividades interativas que envolvam os alunos da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, visando o desenvolvimento de competências em Computação e soluções tecnológicas aplicadas a contextos cotidianos.
Metodologia:	<p>A metodologia será prática e ativa, com atividades que envolvem os alunos em diferentes níveis de desenvolvimento de competências em Computação.</p> <ul style="list-style-type: none">• Educação Infantil: Uso de jogos educativos e atividades digitais para estimular a lógica e percepção espacial.• Ensino Fundamental (Anos Iniciais): Desenvolvimento de jogos e robôs simples, com foco em programação básica (ex: Scratch, Makey Makey).• Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano): Programação mais avançada, como aplicativos e robótica, abordando conceitos de computação aplicados ao cotidiano. <p>Feira Cultural e Tecnológica: Apresentação dos projetos criados pelos alunos, demonstrando o uso de computação para resolver problemas.</p>
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.

Resultados esperados:	Desenvolver a alfabetização digital e computacional, estimulando o interesse por áreas como programação, robótica e inovação tecnológica. Os alunos serão incentivados a aplicar o conhecimento de computação em projetos interdisciplinares, o que ajudará no desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.
------------------------------	---

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA OPÇÃO 2	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> * Educação Infantil: Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade. * Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais): Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais. * Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Educação Infantil: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza. * Ensino Fundamental: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental. * Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA Mais opções	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir dos temas: <ul style="list-style-type: none"> * Relações Étnico-Raciais (Valorização e respeito) * Inteligência Artificial (Tecnologia e ética) * Inclusão e Conscientização (Transtornos do neurodesenvolvimento) * Poder das telas na infância (Saúde mental e limites)

* Educação Digital e Midiática (Leitura crítica das mídias, segurança online, responsabilidade digital e equilíbrio no uso das tecnologias)

PROJETO DE EDUCAÇÃO DIGITAL E CULTURA COMPUTACIONAL

Proponente:	Unidade Escolar, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação e equipe pedagógica.
Justificativa:	Considerando o avanço das tecnologias digitais na sociedade e as orientações da BNCC e da BNCC da Computação, torna-se necessário fortalecer a cultura digital no contexto escolar. Observa-se a presença de recursos tecnológicos, conectividade nas instituições municipais e iniciativas pedagógicas inovadoras, porém ainda existem desafios relacionados à formação continuada, ao uso pedagógico qualificado das tecnologias, à infraestrutura, à inclusão digital e à compreensão conceitual entre Educação Digital, Tecnologias Digitais na Educação e Ensino da Computação. Assim, o projeto busca estruturar ações que promovam o uso crítico, ético e pedagógico das tecnologias, ampliando oportunidades de aprendizagem e inovação.
Objetivo Geral:	Promover o desenvolvimento da cultura digital e das competências relacionadas à BNCC da Computação, fortalecendo práticas pedagógicas inovadoras, ampliando os saberes digitais da comunidade escolar e incentivando o uso significativo das tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem.
Metodologia:	O projeto será desenvolvido por meio de formação continuada para professores e equipe gestora, utilização de recursos digitais e plataformas educacionais, incentivo a metodologias ativas e práticas gamificadas, integração de videoaulas e ferramentas tecnológicas já disponíveis na escola, além da busca por parcerias institucionais para apoio pedagógico e troca de experiências. As ações ocorrerão de forma progressiva e avaliativa, priorizando o uso pedagógico consciente das tecnologias e a inclusão digital.
Público-alvo:	Estudantes da Educação Básica, professores, equipe gestora e comunidade escolar.
Resultados esperados:	Espera-se ampliar os saberes digitais dos docentes e estudantes, incentivar práticas pedagógicas inovadoras, reduzir a subutilização dos equipamentos tecnológicos, fortalecer a inclusão digital e promover maior engajamento nas aprendizagens, contribuindo para a consolidação da cultura digital no contexto institucional.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA

01 a 07 de abril

Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS

19 de abril

Proponente:	Organizações, governos e escolas - Lei 14.402/2022
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH

01 de agosto

Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO

Proponente:	Distrito de Campos Lindos
Justificativa:	Este projeto visa melhorar a educação pública em Campos Lindos, incentivando a participação dos alunos do 5º Ano na Olimpíada do Conhecimento, promovendo o autoaprender e combatendo a defasagem escolar.
Objetivo Geral:	Desenvolver o aprendizado dos alunos do 5º Ano, estimulando a participação na Olimpíada do Conhecimento e a redução da defasagem escolar.
Metodologia:	* Aulas dinâmicas e interativas. * Atividades práticas relacionadas à Olimpíada do Conhecimento. * Incentivo ao autoaprendizado com ferramentas educativas.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.

Resultados esperados:	<ul style="list-style-type: none"> * Participação ativa na Olimpíada do Conhecimento. * Maior autonomia no aprendizado. * Diminuição da defasagem escolar. * Melhora no desempenho escolar.
------------------------------	---

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA 1º sábado de junho	
Proponente:	
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	
Metodologia:	
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE	
Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	<ul style="list-style-type: none"> * A crescente problemática do abandono de animais no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental. * Além disso, a falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local. * A educação é a chave para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.
Objetivo Geral:	<ul style="list-style-type: none"> * Conscientizar a população sobre a guarda responsável de animais e os impactos do abandono e maus-tratos de cães e gatos, com ênfase em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono. * Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.
Metodologia:	* Inserção da temática nos planos de aulas , relacionados aos direitos dos animais e à importância da guarda responsável . Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania.

	<p>* Realização de palestras educativas com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono.</p> <p>* Atividades práticas e interativas, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas.</p> <p>* Ações comunitárias, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.</p>
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	<p>* Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade.</p> <p>* Diminuição do número de casos de abandono de animais, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais.</p> <p>* Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais.</p> <p>* Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas.</p> <p>* Melhora no bem-estar dos animais que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.</p>

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.
Metodologia:	<p>O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	Todos os alunos.

Resultados esperados:

- *Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas.
- *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

16.2. Projetos da Instituição

Projeto: Leitura em Ação	
Proponente:	Professores e coordenadores.
Justificativa:	<p>Atualmente, o ato de ler não tem sido prioridade para crianças e adolescentes que vivem em uma era tecnológica em que o acesso a leitura no núcleo familiar é restrito, além da falta de incentivo que ocasiona pouco interesse pelo hábito de ler.</p> <p>Como consequência, surgem as dificuldades de compreensão, vocabulário precário, erros ortográficos, produções pouco significativas e conhecimentos restritos aos conteúdos escolares.</p> <p>De acordo com a BNCC, experiências com diversas formas de leitura contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, estimula a imaginação e amplia o conhecimento além de oportunizar divertimento e aprimoramento do sentido ético e estético da linguagem e da escrita desenvolvendo assim as habilidades leitoras, ampliando o vocabulário e a capacidade criadora dos estudantes, incentivando-os a se tornarem leitores constantes.</p> <p>Assim, estimulando a leitura, faremos com que os estudantes compreendam melhor o que aprendem na escola e o que acontece no mundo em geral, proporcionando a eles oportunidades melhores de vida.</p>
Objetivo Geral:	Proporcionar a vivência de experiências que propiciem e solidifiquem conhecimentos significativos do processo de leitura e escrita proporcionando aos estudantes momentos que possa despertar o gosto pela leitura, a consciência da importância do hábito de ler, entendendo que a leitura é o instrumento chave para alcançar uma vida de qualidade.
Metodologia:	<p>O projeto “Leitores em Ação” desenvolverá ações voltadas para aquisição de conhecimento na leitura e escrita durante o ano letivo de 2026, iniciando no mês de fevereiro e terminando em novembro.</p> <p>Dentre as ações do projeto, os professores trabalharão com Obras Literárias, lançando mão de grandes nomes da literatura infanto-juvenil como Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, entre outros. Nesta ação, será feita a leitura de ajustes de partes da obra em questão usando cartazes para relacionar o que está escrito ao que está sendo falado. Para isso, cada estudante deverá ter uma cópia do texto e com auxílio do professor, fazer a leitura e ir localizando as palavras a partir de um ditado. Fatiar o texto e reorganizar dando o sentido real. Proporcionar roda de leitura para apreciação de poemas e contos. Explorar a biografia dos autores. A culminância desta ação será com a apresentação de um sarau.</p> <p>Outra ação será a Leitura com Diferentes Propósitos em que será explorado textos instrucionais como por exemplo: manuais de jogos, receitas, etc., concretizando a ação proposta na leitura. A leitura deve ser feita pelo</p>

	<p>professor e posteriormente em dupla e depois individual. Para fechar esta ação, será feita uma degustação com uma das receitas trabalhada durante o período em esta ação estiver sendo trabalhada.</p> <p>O Álbum de Fotos será uma produção de um álbum temático no qual os estudantes devem escrever uma legenda para as imagens previamente selecionadas, como elementos da natureza, brinquedos, personalidades, etc. as imagens podem ser retiradas pelos estudantes de revistas, livros, encartes e internet. Cada estudante produz o seu álbum e a escrita das legendas é feita com a contribuição de todos e mediação do professor.</p> <p>O Correio da Turma é uma ação em que os estudantes terão uma “caixa correio” (que pode ser um envelope com o nome e fixado num mural ou no varal). A professora deve escolher previamente para quem cada estudante deverá escrever um bilhete, assim, todos recebem uma mensagem, posteriormente, os próprios estudantes escolhem para quem escrever. O professor deve acompanhar a escrita durante a semana e ir fazendo as intervenções necessárias. Na sexta feira são entregues as correspondências.</p> <p>Na sala de informática, os estudantes poderão ter acesso a textos digitais previamente selecionados pelo professor. Após leitura, produzir desenhos dos personagens da história lida, descrever oralmente as cenas dos personagens e produzir textos através de imagens. Os estudantes devem revisar o próprio texto com auxílio do professor, permitindo que reconheçam o que escreveram de forma errada, reescrevendo sua produção de texto digitando. Neste momento, se faz oportuno trabalhar o reconhecimento de sílabas com estudantes que apresentam atraso em sua alfabetização, tanto na leitura quanto na escrita da produção textual.</p> <p>A ação com Jogos Temáticos oferecerá aos estudantes jogos educativos que explorem temas relacionados aos conteúdos de Ciências, História, Geografia, Matemática e Língua Portuguesa. Os jogos podem ser de trilhas a serem percorridas, perguntas e respostas, circuitos diversos que serão realizados na quadra. A culminância desta ação será uma mini gincana.</p> <p>O Soletrando é uma ação em que serão lidas palavras diversificadas de acordo com o nível do Plano Curricular. Os estudantes passarão por categorias individuais e em grupo, permanecendo na disputa os que acertarem mais palavras. Através de eliminatórias, os 3 alunos selecionados farão em sala de aula a soletração. Ao final, a disputa será entre 2 estudantes e será um evento aberto aos pais.</p>
Público-alvo:	Toda a escola, levando em consideração que desde o Agrupamento de 5 anos a Alfabetização e o Letramento se faz necessário devido à importância de formar um aluno leitor fluente.
Resultados esperados:	<p>Desenvolver habilidades leitoras.</p> <p>Promover o desenvolvimento do vocabulário.</p> <p>Inferir significado as leituras.</p> <p>Estimular o hábito de ler.</p> <p>Possibilitar o acesso a diversos tipos de leitura.</p> <p>Estimular o uso dos diversos espaços da escola.</p> <p>Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação.</p>

Projeto: PROJETO DESAFIOS DA MATEMÁTICA	
Proponente:	Professores e coordenadores.
Justificativa:	A Matemática é uma área do conhecimento de extrema importância. Ela desempenha um papel decisivo na vida das pessoas, pois permite resolver problemas da vida cotidiana, tem muitas aplicações no mundo do trabalho e funciona como instrumento essencial para a construção do conhecimento em outras áreas curriculares. Do mesmo modo, interfere fortemente na formação de capacidades intelectuais, na estruturação do pensamento e na agilização do raciocínio dedutivo do estudante. No entanto, a insatisfação diante dos resultados negativos obtidos com muita frequência em relação a aprendizagem, revela que há problemas a serem enfrentados, tais como a necessidade de reverter um ensino centrado em procedimentos mecânicos, desprovidos de significados para o estudante, reformulação de objetivos, revisão de conteúdos e busca de metodologias compatíveis com a formação que a sociedade reclama. A busca de melhoria de resultados é que se propõe a aplicação deste projeto.
Objetivo Geral:	Proporcionar aos estudantes situações desafiadoras para que possam expressar seus conhecimentos utilizando de estratégias próprias, reconhecendo na Matemática uma disciplina importante, capaz de mudar nosso desenvolvimento em todas as áreas do nosso cotidiano.
Metodologia:	Realizar debates entre as turmas dos conteúdos trabalhados em sala de aula para troca de experiências na aprendizagem e monitoria entre os estudantes através da formação de grupos de estudo ou duplas, entre as turmas de 4° ao 6° ano e proporcionar de maneira concreta atividades para os alunos do Agrupamento de 4 anos ao 3° ano que envolvam a Matemática no cotidiano. Explorar os conteúdos através de desafios e jogos que auxiliem a compreensão e o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, aplicando diariamente atividades desafiadoras em que o estudante seja impelido a buscar a resolução de problemas e suas respostas através da formulação de hipóteses e experimentação. Utilizar jogos como o Xadrez, Dama, Torre de Hanoi e o Cubo Mágico, Pega Varetas, Resta Um, entre outros. Poderá também ser desenvolvido uma gincana matemática entre as turmas com duração de uma semana, em que serão propostas questões matemáticas de cálculo mental para serem respondidas com tempo cronometrado. Ao final da semana, será premiada a turma que apresentar o melhor desempenho. A premiação poderá ser um passeio técnico, cultural ou um piquenique. Os trabalhos realizados em sala de aula pelos estudantes serão apresentados em uma mini feira interna com visita das famílias e comunidade local, que poderão apreciar o desenvolvimento educacional de seus filhos e a proposta pedagógica da escola.

	<p>Fazer uso do laboratório de informática tendo a internet e os softwares como aliados no desenvolvimento deste projeto, onde os estudantes poderão realizar pesquisas, experimentos e esclarecimento de dúvidas através de aulas, jogos e desafios sob a orientação dos professores. Os professores deverão analisar o desempenho diário dos estudantes através das atividades propostas, das produções escritas, registro oral e trabalhos práticos.</p>
Público-alvo:	Estudantes do Agrupamento de 4 e 5 anos, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Anos da Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz, com abrangência para a comunidade local e colaboradores da escola.
Resultados esperados:	Proporcionar ao corpo discente da escola uma experiência única e enriquecedora, favorecendo o entendimento de que a matemática vai além de conceitos e cálculos. Ela desenvolve habilidades práticas e estratégicas fundamentais ao longo da vida. Com isso, espera-se que os estudantes tenham a oportunidade de testar hipóteses, fazer observações e explorar diferentes soluções para problemas matemáticos do dia-a-dia, desenvolvendo habilidades de raciocínio lógico e crítico e ultrapassando os limites do currículo tradicional.

Projeto: Projeto de Combate ao Bullying, Violência e Promoção da Cidadania na Escola	
Proponente:	Corpo docente da escola e advogados da OAB.
Justificativa:	<p>O bullying representa uma questão significativa que atinge diversas crianças e adolescentes ao redor do mundo. É fundamental compreender suas manifestações, sejam elas físicas, verbais ou realizadas por meio das redes sociais, para que os estudantes possam se posicionar de maneira adequada diante dessa problemática. Assim, contribui-se para a formação de uma convivência mais respeitosa e solidária no ambiente escolar.</p> <p>Além do bullying, é importante abordar outras formas de violência, tanto dentro quanto fora da escola, colaborando para a construção de um espaço onde todos se sintam seguros e respeitados. O objetivo é promover a cultura da paz e da boa convivência entre escola e comunidade, entendendo que o exercício da cidadania envolve direitos e deveres a serem cumpridos por todos.</p>
Objetivo Geral:	Proporcionar aos estudantes, suas famílias, ao corpo docente e a todos os funcionários da escola uma compreensão aprofundada sobre temas como bullying, atos infracionais e suas penalidades, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cidadania, paz na escola, formas de violência, respeito às diferenças, entre outros assuntos. Além disso, pretende-se evidenciar as consequências e efeitos dessas questões, bem como apontar formas de prevenção que promovam valores como respeito, empatia e convivência pacífica.

Metodologia:	A metodologia consiste em uma parceria com a OAB de Cristalina, por meio da qual serão realizadas palestras para estudantes, professores e famílias, abordando temas como bullying, atos infracionais, ECA, cidadania, paz na escola, formas de violência, respeito às diferenças e atitudes de boa convivência. As palestras acontecerão durante o ano letivo, contando com a presença de advogados e utilizando recursos como slides, rodas de conversa, debates e encontros com as famílias. Também haverá encontros com professores e funcionários nas paradas pedagógicas e momentos de reflexão, visando auxiliar a todos na compreensão do exercício da cidadania. Esses momentos permitirão a expressão de opiniões e defesa de pontos de vista sobre temas polêmicos relacionados às situações vivenciadas na escola e/ou na comunidade.
Público-alvo:	Estudantes da Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz, corpo docente, advogados da OAB, famílias e comunidade local do bairro em que a escola se situa.
Resultados esperados:	Uma melhora nos relacionamentos interpessoais dos indivíduos envolvidos neste projeto favorecendo a transformação da sociedade através da boa convivência. Outro ponto importante, é o favorecimento da melhora do aprendizado, pois se entender e entender o outro e se colocar no lugar dele, é uma capacidade essencial para os estudos e muito proveitosa para uma futura carreira profissional.

16.3. Temas Transversais

Os **temas transversais** correspondem a questões urgentes e presentes no cotidiano, abordando valores de cidadania, como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural. Eles devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para proporcionar aos alunos uma visão crítica e integrada do mundo.

A **BNCC** propõe a **transversalidade** para temas como **computação**, que deve ser integrada aos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento de competências digitais em áreas como Matemática, Ciências e Língua Portuguesa, conforme estabelecido pela **BNCC da Computação**.

O **Meio Ambiente**, enquanto tema transversal, vai além do ambiente físico e biológico, abrangendo também as relações sociais, econômicas e culturais. A **educação ambiental** deve ser trabalhada de forma integrada com diversas áreas do conhecimento, como **Ciências, Geografia** e até **Matemática**, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente. Reflexões sobre o impacto das atividades humanas no planeta, como o **desmatamento**, a **poluição** e a **sustentabilidade**, devem ser constantemente abordadas, promovendo o compromisso com a qualidade de vida e o **equilíbrio ambiental**.

A **ética** deve ser trabalhada a partir de temas da atualidade, como respeito, justiça e solidariedade, estimulando a autonomia dos educandos e sua compreensão das interações sociais dentro da escola e da comunidade.

Antirracismo e **inclusão étnico-racial** são abordagens essenciais, garantidas por leis como a **Lei nº 10.639/2003** e **Lei nº 11.645/2008**, e devem ser integradas a todas as disciplinas para promover a igualdade racial e combater o racismo em suas diversas formas.

O tema da **Orientação Sexual** deve ser abordado com respeito e foco em questões como métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e a descoberta do corpo e da sexualidade, considerando sempre a maturidade e os contextos dos alunos.

Pluralidade Cultural se refere ao respeito e à convivência com os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, estimulando a valorização da diversidade étnica e cultural como um fator de enriquecimento.

O tema **Trabalho e Consumo** prepara os jovens para sua inclusão no mundo do trabalho, discutindo questões como consumo, direitos e desemprego, fundamentais para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A abordagem da **Saúde** visa ensinar aos alunos as noções básicas de higiene e saúde, além de temas como prevenção de doenças, uso de drogas e gravidez na adolescência. O **Programa Saúde na Escola**, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, busca contribuir para a formação integral dos estudantes, enfrentando vulnerabilidades que impactam seu desenvolvimento.

Esses temas, ao serem trabalhados de forma transversal e interdisciplinar, permitem uma visão diferenciada de mundo, ampliando o conhecimento e a aprendizagem. A **interdisciplinaridade** e a **transversalidade** se complementam, promovendo uma abordagem ativa e transformadora do ensino, vinculada às questões sociais e à formação crítica dos alunos.

16.4. Sala Maker

<https://littlemaker.com.br/>

A **Sala de Aula Maker** ou **Espaço Maker** é um ambiente criativo onde os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes formas de aprender, através da arte, construção e outras atividades práticas. Nesse espaço, elas podem trabalhar com materiais como papel, papelão, tintas, e outros itens recicláveis para criar objetos e expressar suas ideias de maneira única. Além disso, há atividades como marcenaria, robótica, oficinas de computação e artesanato, que ajudam no desenvolvimento de habilidades importantes, como o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade.

Em um Espaço Maker, todos os componentes curriculares podem ser enriquecidos com abordagens práticas e criativas, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem de forma mais concreta. Embora esses laboratórios aconteçam frequentemente dentro da própria sala de aula, um espaço dedicado exclusivamente para oficinas seria o ideal, pois oferece mais liberdade para explorar e criar sem as limitações do ambiente tradicional, ele é essencial para o desenvolvimento das habilidades específicas relacionadas à **BNCC da Computação**, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para explorar esses conceitos de forma integrada e inovadora. Para viabilizar a criação de uma Sala Maker, os gestores escolares podem usar verbas escolares voltadas para inovação, planejando ações que incluam a aquisição de materiais e a implementação de projetos. Com essa estrutura, a escola se torna um lugar ainda mais dinâmico e inspirador para o aprendizado.

16.5. Laboratório de informática

A **sala de informática** será utilizada exclusivamente para fins pedagógicos, no contexto das atividades educacionais da instituição. O acesso e uso dos equipamentos estarão sujeitos à coordenação pedagógica da escola, que definirá o planejamento didático e o cronograma de uso.

Todos os usuários devem manter uma postura de respeito, organização e disciplina ao utilizar a sala, colaborando para a preservação dos equipamentos, do ambiente e para um clima produtivo de trabalho. O descumprimento das normas de uso ou a utilização inadequada dos recursos disponíveis poderá resultar na suspensão do acesso à sala de informática.

É permitida a navegação em sites da internet apenas quando estiverem diretamente relacionados ao conteúdo da aula. O **download** de arquivos será restrito às atividades pedagógicas e deve ocorrer de acordo com as diretrizes do planejamento.

O uso de programas de **chat** e o acesso a **redes sociais** só serão autorizados se estiverem diretamente vinculados a uma proposta pedagógica específica.

A Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz, durante o ano de 2026, teve a necessidade de compartilhar o espaço com o AEE, devido à necessidade de utilizar a sala do AEE como sala de aula.

17. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 119 de 29/11/2023.

17.1. Critérios de Avaliação

17.1.2. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

17.1.3. Ensino Fundamental

17.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos dar-se-á através de relatórios individuais (em anexo) conforme cumprimento das Matrizes Curriculares de habilidades, definidas, sendo vedada a retenção neste percurso. Esses relatórios são encontrados nos diários eletrônicos do sistema MegaEduca.

No 2º ano a avaliação seguirá conforme normatização para o 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

17.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária, provas entre outros instrumentos verificadores das expectativas curriculares.

1. Cada componente curricular deve ser avaliado através de pelo menos 03 (três) instrumentos avaliativos.
2. Cada instrumento avaliativo deve ter o valor máximo de 3.0 (três pontos).
3. Caso haja avaliação de produção atitudinal (por exemplo, participação, responsabilidade de caderno) a esta deve ser atribuído no máximo 1.0 (um ponto).
4. Aos trabalhos, pesquisas, dentre outros conforme prevê o artigo 5º da Resolução CME nº119 de 29/11/2023, serão atribuídos 3,0 (três pontos).
5. Aos conteúdos procedimentais e conceituais serão atribuídos 6,0 (seis pontos) distribuídos em avaliações previamente planejadas junto à coordenação pedagógica da unidade escolar para aferição individualizada.
6. Todos os instrumentos de avaliação devem ser aplicados para mensuração do alcance das expectativas de aprendizagem propostas na referência curricular adotada.

17.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensorio-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano. Desta forma, o Relatório Descritivo de Acompanhamento Bimestral deverá ser transformado em nota, conforme preconizado na Resolução CME nº 21 de 28 fevereiro de 2024, que dispõe sobre a retificação da Resolução das Diretrizes Curriculares para atendimento do estudante com deficiência. Assim, os parâmetros de conversão de relatórios em notas devem seguir a tabela a seguir:

Tabela de conversão de Relatório Descritivo em nota	
Critério Descritivo	Nota correspondente
Não desenvolveu as habilidades	0 – 3,0
Desenvolvimento insatisfatório	3,1 – 5,9
Desenvolvimento regular	6,0 – 6,9
Desenvolvimento bom	7,0 – 7,9
Desenvolvimento muito bom	8,0 – 8,9
Desenvolvimento excelente	9,0 – 10,0

Retirado da Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024.

Conforme preconizado pela Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021 e pela Resolução nº 50 de 31 de maio de 2023, compete às Instituições de Educação promover acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, em todas as etapas da escolarização, devendo realizar Plano Educacional Individualizado, atividades e avaliações adaptadas e coerentes com o ministrado com o aluno, devendo produzir relatório e converter em nota.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

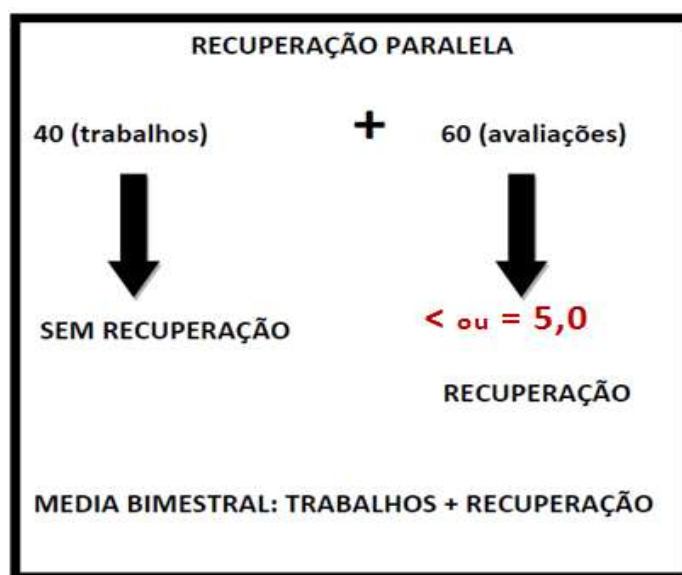
“A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

18. Recuperação Paralela

O aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento, em qualquer um dos aspectos citados acima, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectada. O processo de recuperação da aprendizagem deve ser contínuo e cumulativo. A Recuperação Paralela deve ser aplicada de acordo com o conteúdo programático bimestral, excluindo os 4,0 (quatro) pontos destinados aos outros instrumentos avaliativos como trabalhos, pesquisas, conceitos, etc., que por si só já são instrumentos de recuperação paralela. De acordo com a Resolução CME nº 110 de 26 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a Padronização da Média Escolar nas Instituições de Ensino de Educação Básica jurisdicionadas ao Conselho Municipal de Educação de Cristalina-Goiás, a partir de 1º de janeiro de 2024, a média escolar 6,0 (seis) para aprovação.



19. Recuperação Especial

A oferta de estudos de recuperação observará as orientações vigentes do Conselho Municipal de Educação de Cristalina-GO, especialmente a Resolução CME nº 119, de 29 de novembro de 2023, que dispõe sobre a Recuperação Paralela e a Recuperação em Época Especial, garantindo aos estudantes oportunidades de superação das dificuldades de aprendizagem ao longo do processo avaliativo.

Art. 9º. As Unidades Escolares deverão oferecer estudos de Recuperação Especial, atendida as seguintes normas:

- I. A Recuperação Especial visa superar, após a Recuperação Paralela, as dificuldades detectadas no processo de aprendizagem;
- II. A recuperação em época especial, de caráter facultativo à Unidade Escolar, após o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, tem por objetivo oferecer ao aluno condições favoráveis para alcançar o mínimo exigido para sua promoção, em até 03(três) disciplinas;

A Unidade Escolar deverá viabilizar estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação, com acompanhamento o mais individualizado possível.

A Recuperação Especial será oferecida aos alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que apresentarem conceito inferior a 6,0 (seis) pontos na média final da disciplina.

20. Progressão Parcial

A Progressão Parcial (ou dependência) em até 02 disciplinas será realizada conforme determina o Regimento Escolar Único, onde só será permitida a partir do 6º ano em até 02(duas) disciplinas e deverá ser concluída no ano posterior. Não há Progressão Parcial no 9º ano, uma vez que o aluno será transferido para outro Sistema Educacional o qual pode não adotar o regime de dependência. O Aluno com dependência no 9º ano só poderá receber o histórico após concluída a dependência.

A progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária anual e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), mas, tão somente o programa de estudos, podendo ser concluído em qualquer período do ano letivo, de acordo com a avaliação do Conselho de Classe conforme Resolução do CME nº 059/2023.

21. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DA ESCOLA MUNICIPAL JAQUELINE SABINA VAZ	
O que detectamos em 2025 que precisamos melhorar ou solucionar em 2026?	O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS 1. Alfabetização (problemas de fluência, interpretação, escrita e índice de alfabetização); 2. Alto índice de evasão; 3. Alto índice de reprovação (distorção idade série); 4. Pouco interesse e/ou baixa aprendizagem em algum componente curricular.	<ul style="list-style-type: none">• Serão trabalhadas atividades relacionadas à leitura e à escrita envolvendo todos os alunos em seguida dar mais ênfase aos que possuem maior dificuldade.• A coordenação pedagógica terá momentos com os alunos onde serão tomadas as leituras, seguidas de interpretação oral.• Serão feitos campeonatos de ditados com os alunos, onde os mesmos receberão prêmios.• A coordenação pedagógica, juntamente com os professores regentes, criará mecanismos assertivos para a realização de projetos que visem a promoção e o fortalecimento da aprendizagem escolar, através de aulas atrativas e atividades diferenciadas em sala de aula.• Trabalhar em sala de aula, com atividades contextualizadas e fazer com que os alunos mantenham o foco na leitura e interpretação.• Recuperar as aprendizagens dos estudantes do 3º e 6º ano, das habilidades com déficit identificadas nos resultados do SAEGO ALFA do 2º e 5º ano.• Monitorar e promover a recuperação de aprendizagens dos estudantes identificados no SAEGO ALFA com baixa proficiência.

RELAÇÕES COM OS ALUNOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bullying; 2. Uniformes e pontualidade; 3. Pouca participação dos responsáveis no acompanhamento escolar dos educandos; 4. Acolhimento; 5. Avaliações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Será abordado quase que diariamente este assunto na escola, não em um dia específico, sim em todos os momentos que forem necessários, geralmente após o recreio, sempre que ocorre alguma eventualidade, destacando a importância do respeito e do amor com o próximo, seja com a mulher, criança ou qualquer pessoa. Projetos serão ampliados com a participação da OAB. • Conscientizar as famílias das crianças quanto à importância do uso do uniforme escolar e orientar diariamente os alunos e responsáveis quanto à pontualidade na escola; • Fazer palestras com a participação dos pais, para que os mesmos possam perceber a importância de sua participação no cotidiano escolar dos filhos; • É importante que a equipe gestora, acolha professores e alunos e criem mais diálogos com as famílias; • Utilizar as avaliações como um instrumento de aprendizagem.
RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de participação nas decisões da instituição. 2. Falta de diálogo. 3. Resistência em atender as determinações/orientações pedagógicas. 4. Resistência a Formação Continuada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Através de reuniões com todos os funcionários, mostrar a todos a importância do trabalho em equipe, destacando o papel de cada um; • Atuar com uma gestão firme e engajada em todos os setores da escola; • Formação em serviço; • Incentivar a equipe pedagógica a buscar conhecimentos relevantes para a formação docente continuada, visando um processo de ensino aprendizagem mais eficiente.

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de acompanhamento do cotidiano escolar dos filhos. 2. Pouca participação em reuniões e outros eventos da instituição. 3. Falta de participação nas decisões da instituição. 4. Pouco entendimento sobre a metodologia da instituição, por exemplo a Educação Infantil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar os pais através de reuniões individuais e em grupos, e palestras sobre a importância de sua participação no cotidiano escolar do filho (a); • Proporcionar aos responsáveis momentos em que possam reconhecer as atividades/trabalhos produzidas pelos próprios filhos, no intuito de aumentar a autoestima dos mesmos.
INFRAESTRUTURA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ambientes que necessitam de reparos/reformas: banheiros, salas de aulas (portas e janelas; pisos e pintura das paredes; ventiladores, quadros; forro), cozinha, fossa e rede de esgoto interna, quadra coberta; 2. Construir um espaço externo para escovação de vido à demanda do Período Integral e Educação Infantil; 3. Instalação de concertina sobre os muros, alambrado na lateral que dá acesso à quadra externa; 4. Cercamento das caixas d`água; 	<ul style="list-style-type: none"> • A infraestrutura é a base que sustenta o andamento da edificação escolar, logo é de suma importância a conscientização dos alunos com o cuidado que devemos ter, assim como, manter as autorizações legais em dias. • Promover momentos de conscientização sobre o uso do espaço público, combatendo o vandalismo.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PRIORIDADES DO PDDE</p>	<p>1. As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas. Lembrete: 80% custeio e 20% capital.</p>	<p>Aquisições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Data show; • Ar condicionado; • Mesas redondas para Biblioteca;
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO</p>	<p>1. A situação legal da Instituição encontra-se regularizada, conforme resolução de Autorização de Funcionamento vigente.</p>	

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás*. Brasília: MEC, 2023.

Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar*. São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.

A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.

Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.

A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás*. Goiânia: Editora Goiás, 2021.

Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.

A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas*. São Paulo: Editora Educativa, 2021.

Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.

As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985. A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998. O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização.* São Paulo: Ática, 2001.
A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento.* In: *Escola Básica.* Coletânea CBE Campinas, Papyrus, 1992.
O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005.
A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

23. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz

Cristalina 20 de março de 2026.

Aos 20 dias do mês de março do ano de 2026, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais da Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2026. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2025 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2026. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Carga que ocupa:	Assinatura:
Alzira Pereira dos Santos	Professora	
Angelica de Oliveira Gonçalves	Coord. Pedagógica	
Camila de Lima Ferreira	Monitora	
Claudia Helena Freitag	Professora	
Janete Ruela dos Santos Marques	Coord. de turno	
Jany Cortes da Silva	Projeto leitura	
José Ribeiro Filho	Vigia Noturno	
Maria Aparecida Borges Ramos	Servente	
Mariana Salgado Ribeiro	Assist. de Educação	
Mariza Márcia Leandro	Merendeira	
Maurício Tavares de Souza	Vigia Noturno	
Mônica Gonçalves Ribeiro	Coord. Pedagógica	
Nadia Ana Claudina	ASG	
Nádia Pereira Marques	Professora	
Rosemeire Pereira Ribas Professora	Professora	
Samantha Damineili Cavalcanti	Coord. Pedagógica	
Silvana Soares da Silva	Assist. de Educação	
Silvia Marise Monteiro	Secretária Geral	
Vanessa dos Santos Brandão Ferreira	Diretora	
Adriano Barbosa dos Santos	Professor	
Angélica Rodrigues de Araújo	Coord. De turno	
Daniela da Silva Martins	Professora	
Felipe Marcel Seabra de Matos	Professor	
Geciele Campos Izidoro	Professora	

Geovanna Ricardo Montalvão	Professora	Geovanna Ricardo Montalvão
Giuliane Mello da Rosa	Professora	Giuliane Mello da Rosa
Hosana de Souza Lemos	Professora	Hosana de Souza Lemos
Ivanete José Pires Marra	Professora	Ivanete José Pires Marra
Leonicé Alves de Matos	Professora	Leonicé Alves de Matos
Lucyelle Ribeiro de Mesquita	Professora	Lucyelle Ribeiro de Mesquita
Magda Ribeiro de Santana Santos	Professora	Magda Ribeiro de Santana Santos
Márcio Borges da Silva Santos	Professora	Márcio Borges da Silva Santos
Maria Margareth S. Gomes Vieira	Professora	Maria Margareth S. Gomes Vieira
Patrícia Barbosa leal	Professora	Patrícia Barbosa leal
Rafael Bergani Pereira	Professor	Rafael Bergani Pereira
Renata Rodrigues de Oliveira	Professora	Renata R. de O.
Rosana Peixoto dos Santos	Professora	Rosana Peixoto dos Santos
Rosemery de Jesus	Professora	Rosemery de Jesus
Sabrina José Gomes da Silva	Professora	Sabrina José Gomes da Silva
Adrielle Lima Feitoza	Monitora	Adrielle Lima Feitoza
Amanda Letícia Sousa Alencar	Monitora	Amanda Letícia de S. Alencar
Ana Karoliny Dias da Silva	Monitora	Ana Karoliny Dias da Silva
Cíntia Dayanna de Lima Fernandes	Monitora e Mãe	Cíntia Dayanna Fernandes
Elizângela Rosa de Jesus Araújo	Monitora	Elizângela Rosa de Araújo
Lana Fernanda Nascimento Freitas	Monitora	Lana Fernanda N. Freitas
Regiane Pereira de Souza	Monitora	Regiane Pereira de Souza
Rita Layane Pereira da Silva	Monitora	Rita Layane P. da Silva
Sara dos Santos	Monitora	Sara dos Santos
Antônia Silvana de Pereira Lima	ASG	Antônia Silvana
Débora Eduarda dos Santos	Merendeira	Débora E. Santos
Érica dos Santos	Merendeira	Érica dos Santos
Esmerinda Nayra Lima de Brito	ASG	Esmerinda Nayra L.B.
Mara Tavares de Souza Melo	ASG	Mara T. de Souza Melo
Sidneia dos Santos Costa	ASG	Sidneia dos Santos Costa
Josemar Gomes de Areda	Segurança diurno	Josemar Gomes de Areda
Bruno Octávio Fernandes Tavares	Aluno	Bruno Octávio F. T.

24. Anexos



<http://bit.ly/4tYMTI0>

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO
Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da **Escola Municipal Jaqueline Sabina Vaz** para o ano letivo de 2026, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade.

O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, fluxo escolar, distorção idade-série, IDEB e metas estabelecidas. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Destaca-se a avaliação Saego Alfa, que permite um diagnóstico detalhado do nível de alfabetização dos alunos, fornecendo subsídios para a criação de iniciativas voltadas à melhoria do processo de aprendizagem. Além disso, a Avaliação de Fluência Leitora possibilita um acompanhamento preciso da evolução dos estudantes na leitura, analisando percentuais de entrada e saída, de modo a garantir intervenções eficazes para o aprimoramento da competência leitora. Os resultados finais do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), além de atender às Leis nº 11.274/2006 e nº 12.796/2013, bem como ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), assegurando os direitos dos estudantes e a oferta de uma educação inclusiva e de qualidade.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças, e o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem. O PPP contempla estratégias de Recuperação Paralela, aplicada ao longo do ano letivo para reforço de conteúdo; Recuperação Especial, direcionada aos estudantes que apresentam dificuldades significativas; e Progressão Parcial, que permite ao aluno avançar para a série seguinte enquanto recebe suporte pedagógico adicional.

Ressalta-se que a escola funciona em Tempo Integral (3º ano ao 5º ano), ampliando a jornada escolar e proporcionando maiores oportunidades de aprendizagem, desenvolvimento integral e permanência dos estudantes em atividades pedagógicas qualificadas e diversificadas.

No âmbito dos projetos desenvolvidos, o PPP contempla tantos projetos institucionalizados quanto projetos municipalizados, organizados de forma articulada às diretrizes pedagógicas da rede de ensino. Nos projetos municipalizados, a escola prioriza a Educação Digital e a Cultura Computacional, promovendo a integração entre os eixos de Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital. Essa abordagem assegura que os estudantes se apropriem de tais conhecimentos e desenvolvam as habilidades necessárias que vão além do uso instrumental de ferramentas, capacitando-os a compreender, criar e utilizar os recursos educacionais digitais (REDs) de forma crítica, criativa e ética.

Além disso, esses projetos também contemplam ações voltadas à Diversidade Étnico-Racial e Inclusão, fortalecendo práticas pedagógicas que valorizam o respeito às diferenças, a equidade e a promoção de uma educação antidiscriminatória, em consonância com os princípios da educação inclusiva e da formação cidadã.

Outro eixo relevante refere-se à Educação Climática e Ambiental, que visa desenvolver a consciência socioambiental dos estudantes, incentivando atitudes responsáveis, sustentáveis e comprometidas com a preservação do meio ambiente e com os desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas.

Adicionalmente, evidencia-se a necessidade de que a escola desenvolva e fortaleça ações sistemáticas de prevenção e combate ao bullying, promovendo um ambiente escolar seguro, acolhedor e respeitoso. Tais ações devem envolver toda a comunidade escolar, por meio de práticas educativas, projetos de conscientização e estratégias de mediação de conflitos, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a cultura de paz no ambiente escolar.

Essa abordagem integrada contribui para o desenvolvimento de competências essenciais aos estudantes, preparando-os para os desafios contemporâneos e para o uso crítico, ético e responsável das tecnologias, bem como para a atuação consciente na sociedade.

Por fim, o PPP apresenta o Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição, que sistematiza todas as iniciativas planejadas para o período de vigência do documento, garantindo o alinhamento das metas pedagógicas, a implementação de projetos institucionais e a efetivação de ações de intervenção educativa. Considerando a análise realizada, verifica-se que o Projeto Político Pedagógico da escola está devidamente estruturado, fundamentado nos princípios legais

e pedagógicos vigentes e atende às exigências institucionais e educacionais para o ano letivo de 2026.

A aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar evidencia a construção coletiva e participativa do documento, reforçando os princípios da gestão democrática e a autonomia institucional. Após a análise documental e a verificação do cumprimento das diretrizes pedagógicas e normativas, conclui-se que o projeto está devidamente estruturado e apto para implementação, garantindo a qualidade e a efetividade das ações educacionais propostas.